

Jornal da Unicamp **caderno**

ESPECIAL

FOTO: NELDO CANTANTI



Na foto maior, helicóptero da PM sobrova o campus da Unicamp durante ocorrência registrada no início de dezembro; segurança na guarita (à esquerda) e policiais participam de curso na Universidade (à direita): violência no centro dos debates

FOTO: ANTONINHO PERRI



A VIOLÊNCIA

E O CAMPUS

Objeto de polêmica, a violência urbana há muito passou a ocupar o centro das discussões nas universidades. Mais: deixou os limites da cidade para bater na porta dos campi, fazendo vítimas na comunidade acadêmica. Neste caderno especial, o **Jornal da Unicamp** ouviu representantes de unidades, entidades (Adunicamp, DCE e STU), Prefeitura de Campinas, Polícia Militar, Ministério Público e o reitor, que discutiram as medidas adotadas contra a violência no campus de Barão Geraldo e a escalada da criminalidade em todo o país.



Medidas reduzem criminalidade

Números comparativos revelam que principais casos de violência diminuíram significativamente na Unicamp

O número de ocorrências, de furtos e violências na Unicamp cresceu sensivelmente entre 1992 e 2001. Contudo, as medidas adotadas pela Administração da Unicamp para combater a criminalidade dentro do campus de Barão Geraldo estão dando bons resultados. Embora o primeiro semestre de 2001 tenha número de ocorrência semelhante ao dos anos anteriores, uma comparação entre o número de ocorrências registradas no primeiro e segundo semestres de 2001 revela que os principais casos de violência sofreram significativa redução, o que contrasta com a situação de Campinas, cidade que vem amargando ataques cada vez mais ousados por parte do banditismo. Enquanto na primeira metade do ano aconteceram nove roubos a banco e seqüestros nas dependências da Universidade, na segunda metade – novembro e dezembro excluídos – foram computados três ações do gênero. Já os furtos de bens patrimoniais e de objetos particulares passaram, respectivamente, de 17 para oito e de 95 para 43 casos nos períodos confrontados. “Esses dados comprovam que estamos no caminho certo”, avalia o prefeito do campus, professor Orlando Fontes Lima Júnior.

Se forem tomados 1999 e 2000 para efeito de comparação, os índices obtidos também são positivos. No primeiro período, foram relacionados 53 furtos de bens patrimoniais, 239 furtos de objetos particulares, cinco furtos de veículos, 125 acidentes de trânsito, 132 atos de vandalismo e 15 roubos a bancos e seqüestros. No ano seguinte, os mesmos casos registram, respectivamente, os seguintes números: 25, 158, cinco, 120, 46 e oito. Os crimes de roubos a banco e seqüestro, porém, aumentaram de 2000 para 2001, passando de oito para 12 casos até o início de novembro. Este fato, afirma o prefeito do campus, revela que, a despeito dos avanços obtidos, ainda é preciso aprimorar as ações de segurança. “Com a colaboração da comunidade interna, acreditamos que poderemos reduzir ainda mais os índices de criminalidade nas dependências da Unicamp”, pondera Lima Júnior.

De acordo com ele, o esforço para garantir maior segurança à comunidade interna e às pessoas que visitam o campus compreende várias frentes. Uma delas é o estreitamento das relações com a Polícia Militar, que tem prestado relevantes serviços para a população que trabalha ou circula pelo campus. Esse trabalho de aproximação teve início em junho de 99 e está sendo consolidado. Ele envolve, entre outras ações, o treinamento dos servidores encarregados da vigilância do campus. Na oportunidade, uma pesquisa de opinião realizada pela Estat Jr., empresa-júnior do curso de Estatística, junto a professores, alunos e funcionários, constatou que 61,08% dos 600 entrevistados manifestaram-se favoráveis à execução de rondas policiais nas dependências da Unicamp.

Conforme o mesmo levantamento, apenas 24,84% das pessoas consultadas não concordaram com a medida. A pesquisa apurou, ainda, que até aquela



FOTO: ANTONINHO PERRI

PROF. DR. ORLANDO FONTES LIMA JR.
PREFEITO DO CAMPUS

A segurança no campus da Cidade Universitária “Zeferino Vaz” é tema complexo e multidimensional, abrangendo questões como: segurança pessoal, segurança patrimonial, riscos físicos, químicos, biológicos e radioativos, incêndios e acidentes, zoonose, vigilância sanitária, saúde no trabalho, trânsito, drogas e crianças no campus.

A Prefeitura da Unicamp, junto com diversos outros órgãos, vem trabalhando essas questões com o objetivo de garantir a integridade das pessoas e do patrimônio da Universidade. Cabe à prefeitura implementar as diretrizes definidas pela administração da Universidade no que se refere a essas questões. A dimensão de nossa Universidade e a diversidade do ambiente universitário fazem com que esta não seja uma tarefa fácil.

Infelizmente o cenário de insegurança e violência em nosso país não é motivo de orgulho para nenhum de nós. As cidades brasileiras ocupam o segundo lugar em criminalidade nas estatísticas mundiais, vindo logo depois de Cali, na Colômbia. Este quadro é decorrência do expressivo crescimento das ocorrências criminosas no Brasil, com destaque para o Estado de São Paulo e, mais especificamente, para a cidade de Campinas. Basta ler os jornais.

Campinas tem um seqüestro relâmpago a cada 16 horas, índice recorde nas cidades brasileiras, sendo Barão Geraldo uma das regiões de alta incidência. O mesmo é verdade quanto aos roubos de veículos. A probabilidade de um campineiro ter seu veículo roubado é três vezes maior que a do carioca e duas vezes maior do que a do paulistano. Em termos de homicídios, Campinas está em segundo lugar no Estado, atrás apenas do município de Praia Grande.

E no Campus da Unicamp, como estão as coisas? Felizmente nossas estatísticas são bem mais positivas. Os índices de ocorrências vêm caindo nos últimos anos e as ações preventivas aumentando. Temos vários exemplos de delitos interrompidos, graças às ações preventivas e eficientes da equipe de operações: tentativas de roubos de veículos frustradas e identificação de pessoas com documentos falsos. Estamos próximo de zero nas estatísticas relativas a roubo de automóveis este ano, sendo que em anos recentes nossa média era de um veículo roubado a cada mês.

Mas isso não significa que estamos tranqüilos. As ocorrências com maior gravidade vêm aumentando, incluindo casos de seqüestro relâmpago e assaltos à mão armada. Até abril deste ano vinha sendo registrado pelo menos um seqüestro relâmpago ou uma ocorrência de alta periculosidade a cada mês. Estes incidentes, que haviam praticamente cessado entre abril e setembro deste ano, voltaram a ser registrados desde então.

Como estamos conseguindo estes resultados positivos? A prefeitura do campus desenvolveu um plano estratégico para a segurança em 1999, a partir de pesquisa de opinião com a comunidade realizada pela empresa júnior da Estatística, de propostas dos supervisores das equipes de vigilância, de discussões técnicas com especialistas no assunto e de reuniões para as quais foram convidados todas as unidades e órgãos da Unicamp.

data 91,08% dos membros da comunidade interna jamais haviam sido vítimas de violência no interior do campus. Além destas, outras medidas foram e estão sendo adotadas para ampliar a segurança pessoal e patrimonial dentro da Universidade. Um exemplo é o serviço de escolta colocado à disposição de professores, funcionários e alunos, inclusive durante sábados, domingos e feriados. Basta que o interessado ligue para os ramais 8-6000 ou 8-4600 e so-

Sentir-se seguro e estar seguro no campus

A partir dessa iniciativa várias ações vêm sendo implementadas. Alguns exemplos destas ações:

- Reestruturação da área de vigilância com a criação da Diretoria de Operações integrando as diversas atividades da Prefeitura (segurança, prevenção e combate a incêndio, trânsito, transporte e defesa civil).
- Adoção de uma nova estratégia operacional, com redução do número de guaritas, ampliação da frota de veículos, readequação dos turnos de trabalho, intensificação de rondas, implantação do serviço de escolta e criação da função de vigia-porteiro.
- Colocação de cerca no perímetro do campus.
- Aumento da utilização da tecnologia de informação e automação, com a instalação de alarmes, sensores de presença e câmeras de vídeo.
- Consolidação de parcerias com as polícias Militar e Civil para a realização de operações conjuntas e rondas no campus.

Independente das dimensões políticas e ideológicas que o tema segurança possa carregar, é importante destacar que no dia-a-dia do campus as ações têm que ser pragmáticas e imediatas, pois envolvem riscos muito grandes se houver omissão. Mesmo sob pressão, todas essas ações são pautadas no objetivo de preservar a segurança da nossa comunidade e o patrimônio da Universidade.

Algumas destas medidas foram polêmicas, mas sempre que isto ocorreu a Prefeitura do campus procurou esclarecer e discutir o problema nas instâncias devidas. Isto pode ser comprovado pela leitura das atas do CONSU, da CAD e de reuniões em Congregações de Unidades em que a Prefeitura foi convidada a participar, bem como nos informativos da Unicamp. Por exemplo, na edição do **Jornal da Unicamp** de junho/julho de 1999 tivemos a oportunidade de informar que seriam iniciadas as rondas da Polícia Militar pelo campus.

Infelizmente, tivemos um incidente em setembro passado envolvendo dois colegas, professores do IFCH, e soldados da Polícia Militar. Por conta do mesmo, encaminhei uma carta à Polícia Militar, na qual lamentava o incidente ocorrido e reafirmava o bom trabalho que a mesma vinha exercendo no campus. O meu comentário tinha um caráter geral e não se referia em nenhum momento ao incidente em questão, nem tampouco elogiava a atitude do soldado naquele episódio. A minha atitude visava tão somente garantir a continuidade das rondas da Polícia Militar, tão importantes para a garantia da segurança no campus, não havendo qualquer intenção de prejudicar os professores do IFCH.

Lamento pelos desdobramentos que minha carta possa ter provocado e me coloco à disposição no que puder para resolver definitivamente esta questão.

Para terminar, procurei mostrar neste breve artigo que a segurança no campus é um tema difícil e sempre sujeito a críticas. Mas gostaria de deixar claro que o nosso princípio é o de prestar os serviços essenciais diuturnamente, buscando atender às expectativas da comunidade. As equipes da Prefeitura não medem esforços para que a comunidade universitária sinta-se e esteja de fato segura no campus. O propósito da Prefeitura é contribuir para a qualidade de vida dos que estudam, trabalham, visitam ou buscam os serviços de nossa Universidade.

licite que os vigilantes o acompanhem até o estacionamento ou ponto de ônibus.

A colocação de câmeras de vídeo em pontos estratégicos onde haja concentração de equipamentos e objetos patrimoniais de valor ou locais isolados em que haja passagens de pessoas, principalmente no período noturno, também constitui medida importante de combate à violência, segundo o prefeito do campus. De acordo com ele, o moni-

toramento à distância mostra-se mais eficiente do que as rondas da Polícia ou da vigilância interna em determinadas situações. Lima Júnior lembra que algumas unidades, como o Instituto de Biologia, que se encontra no limite do campus com a cidade, com ampla área e muitos edifícios, estão providenciando a instalação desses equipamentos como forma de melhor proteger os bens e as pessoas que trabalham ou estudam na unidade.

Momentos de pânico

Diretor do STU foi seqüestrado no campus e ameaçado de morte por dois assaltantes

João Batista de Moraes Moreira, funcionário do Instituto de Física, jamais vai esquecer daquela tarde de janeiro deste ano. Hemocentro, 13h30. Como fazia todos os dias, o diretor de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), foi pegar sua mulher para almoçar. Ao desligar o celular usado para falar com a companheira, foi abordado em seu carro, por dois assaltantes, um em cada janela. Falaram para ele ficar tranquilo, anunciaram o seqüestro e dispararam o alerta do terror: à menor reação, Moreira seria morto. O sindicalista foi jogado no banco traseiro do carro, sob a arma de um dos ladrões.

Os assaltantes saíram pela guarita que dá acesso à PUC-Campinas. Tiveram o trabalho facilitado por dois motivos: o vigilante estava de costas para os carros e a câmera instalada no local permaneceu desligada naquele dia. Em seguida, pegaram a Rodovia Dom Pedro I, entraram no Shopping Galleria e foram direto ao Caixa 24 Horas, onde sacaram R\$ 300 e ainda fizeram um empréstimo de R\$ 500 em nome de Moreira. A tortura da vítima estava apenas começando.

“Os ladrões falaram que iam me amordaçar e me jogar no Rio Atibaia. Foram até o pedágio da Rodovia Campinas-Mogi Mirim, onde entraram numa estrada vicinal que dá numa ponte de madeira sobre o rio. Desistiram de me jogar porque apareceram uns pescadores”, relata o servidor. Em seguida, voltaram as ameaças. “O motorista, que estava mais sóbrio, viu, pelo retrovisor, caminhos que fugiam do pedágio e fez o colega desistir”. Deram meia-volta, dispensaram os pertences do sindicalista no matão, o liberaram e ficaram com o carro — um Pálio, nunca encontrado — e toda a documentação. Moreira andou a pé até a rodovia, onde conseguiu uma carona até o sindicato.

A história ilustra a terra de ninguém em que havia se transformado a área de saúde da Unicamp antes das medi-

das de combate à violência na região (leia matéria na página 12). O próprio Moreira conta que soube de três seqüestros ocorridos no mesmo lugar onde ele fora abordado pelos assaltantes.

O diretor do STU questiona o sistema da segurança da Unicamp. “Esse modelo de cercar o campus e colocar câmera não funciona. E o mais grave é terceirizar a segurança que, a meu ver, é o pecado capital”, avalia João, para quem o profissional contratado não conhece as pessoas e não consegue deter assaltantes. Segundo ele, um problema agravado pelos serviços de atendimento ao público em geral e pelas manifestações comuns na universidade. “Elas não podem ser censuradas”.

João considera que o modelo de policiamento ostensivo também é anacrônico, “não servindo sequer para Campinas”. Acha que o cidadão não estará mais seguro com o fato de “o policial estar com granada na cintura e metralhadora”. Para ele, isso não é indicativo de segurança, mas sim um fator fomentador do pânico.

O sindicalista cita também uma teoria, que segundo ele “corre por aí”, de que a chegada dos “verdinhos” [detentos do Presídio Ataliba Nogueira que cumprem programa de reeducação na Unicamp] coincidiu com o recrudescimento da violência no campus. Logo se explica. “Não que o STU seja contra os ‘verdinhos’, mas do jeito que está, não é reeducação de presos. Isso é uma terceirização disfarçada, porque o sujeito trabalha aqui com um salário muito inferior ao de um funcionário de carreira e, no final do dia, ainda vai dormir na prisão, que é um regime de semi-escravidão”.

O sindicalista acredita que precisaria haver um acompanhamento das capacidades individuais do detento. “Do jeito que está, trata-se de um modelo duvidoso. Eles precisariam ser avaliados na sua individualidade. Isso não é recuperação social”. Em seguida, dispara: “Tem muita gente que fica assustada com a presença dos ‘verdinhos’ no



João Moraes Moreira, funcionário do Instituto de Física e diretor do STU: “Terceirizar a segurança é pecado capital”

campus. Chega a ser até motivo de pânico na comunidade universitária, embora haja um certo preconceito nisso”.

Para Moreira, os projetos da administração geram controvérsias porque são elaborados de uma maneira unilateral, que prioriza a terceirização e, conseqüentemente, a redução dos custos. O sindicalista também vê como negativa a presença da Polícia Militar no campus. “Se tiver treinamento adequado do corpo de vigilância, a presença da PM é dispensável. Acho inclusive que a Unicamp tem a responsabilidade de elaborar uma coisa nova no campo da segurança, que pudesse ser implantado nas metrópoles”.

Segundo ele, a Unicamp está trilhando o caminho inverso, ao trazer para a universidade modelos que, na sua opinião, são comprovadamente ineficazes. “A vigilância deveria ser feita por funcionários concursados, com estabilidade. Truculência e blindado não vão levar a nada. O exemplo da polícia inglesa, para mim, é emblemático. Fica comprovado que não é preciso andar armado. O grande problema da universidade é essa dicotomia entre liberdade e repressão. Você tem que dar um ambiente seguro, mas ao mesmo tempo respeitar a autonomia universitária e as particularidades da vida acadêmica”, finaliza.

VIOLÊNCIA NO CAMPUS*

A violência tem-se propagado de forma assustadora na sociedade brasileira nos últimos anos, como resultado da ausência de uma política social que leve em conta as necessidades e interesses do conjunto da população. As conseqüências mais visíveis e dramáticas dessa situação se traduzem no desemprego crescente, na falta de moradia, em um sistema educacional deficiente e na falta de perspectivas para a juventude. Como não poderia deixar de acontecer, a violência está presente no campus e converte-se em um problema não apenas para a Administração da Universidade, como para toda a comunidade.

Não podemos prescindir da adoção de medidas que garantam segurança a docentes, funcionários, alunos e demais pessoas que frequentam cotidianamente a Unicamp. Pela constante troca de pessoal, suspeitamos da eficiência da segurança terceirizada que faz a guarda permanente do campus e a fiscalização das guaritas, bem como das vantagens, em termos de custos, que esse tipo de contrato representa para a Instituição. Ao mesmo tempo, as rondas diárias da PM, medida adotada pela Reitoria nos últimos meses, têm gerado situações de conflito com membros da comunidade universitária, uma vez que se trata de uma corporação treinada de maneira inadequada às nossas peculiaridades.

Por essas razões, defendemos a elaboração de um Plano de Segurança que resulte de uma ampla discussão, envolvendo diretamente os três segmentos da universidade (docentes, funcionários e alunos), que contemple as especificidades da Instituição e respeite a autonomia universitária.

*Texto elaborado pela Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp) para o **Jornal da Unicamp**



“Investir em funcionários”

Paulo Eduardo de Lima Gouveia (à esquerda), que acaba de deixar o cargo de coordenador do Diretório Central dos Estudantes (DCE), critica, na entrevista que segue, a terceirização dos serviços de segurança da Unicamp

Jornal da Unicamp – Como você vê a questão da violência?

Paulo Eduardo de Lima - Acho que a questão da violência e do aumento da criminalidade, de um modo geral, tem que ser abordada de duas formas. Primeiro: na universidade, ela reflete o que acontece fora. Não se fica impune a 10 anos de governo neoliberal — com sucateamento dos serviços públicos, dos próprios serviços de segurança, dos salários dos policiais, enfim, com o sucateamento da própria universidade. O aumento da violência é decorrência do desemprego, da falta de expectativa e de esperança num futuro melhor. Isso é um elemento e inevitavelmente reflete na universidade. E aí vem a primeira crítica que a gente faz à universidade: nesses 10 anos, ela não foi capaz de exercer seu papel de crítica à sociedade, de crítica ao que vinha sendo feito. De uma certa forma, todo o processo foi implementado com quadros dirigentes da própria universidade — ela é cúmplice, tem uma responsabilidade enorme. E isso precisa ser dito.

Você poderia explicar?

Essas medidas neoliberais também predominaram nas universidades. E, no caso da segurança, tem um fato que é decisivo: a terceirização dos serviços. Terceirização já é algo extremamente complicado, ainda mais na segurança, porque você coloca o controle da segurança da universidade na mão de uma empresa privada. Além disso, você tem uma série de agravantes como, por exemplo, o fato de ser desprezado um funcionário da universidade, que tem um vínculo com ela, que passou por um concurso; nesse caso, não existe essa rotatividade absurda. Não dá para descolar a questão do aumento da violência no campus com a questão da terceirização dos serviços de segurança. Não vou dizer que é um único elemento, mas é decisivo. Ao aumentar a segurança terceirizada, de uma certa forma, você está reproduzindo o problema.

Qual, a seu ver, seria o modelo a ser adotado?

Essa discussão sobre violência e segurança no campus caminha para o aumento do aparelho repressor e, além disso, com cerceamento do livre acesso dentro da universidade. É cerca, é

catraca, é porta eletrônica... Acho isso muito equivocado. Porque quem faz assalto entra pela guarita, com seu carro, não sai nadando pelo lago. Quando a universidade se fecha para a sociedade, ela reproduz uma lógica que deveria combater. É uma lógica que está na raiz de todo o problema da falta de segurança e da criminalidade. E o exemplo mais drástico disso é a presença da PM aqui. É evidente que a universidade tem que ter sua segurança, contratada, bem paga, bem treinada. Isso é uma coisa. Outra coisa é você ter PM que faz ronda curiosamente em locais escolhidos de forma pouco criteriosa, como, por exemplo, na Rádio Muda, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), cerceando grupos de alunos de se reunirem. Acho esse tipo de coisa, esse cerceamento, extremamente lamentável. Isso tudo desembocou no incidente ocorrido no IFCH [discussão entre professores e dois policiais militares], que foi lamentável, onde a prefeitura do campus teve uma postura irresponsável, que inclusive é contra toda a tradição da Unicamp. Essa universidade já teve um reitor que dizia: “dos meus comunistas, cuide eu”. Essa tradição, uma das coisas boas da Unicamp, está sendo quebrada.

Existe um procedimento que foi atropelado porque de repente as pessoas começaram a trombar com viaturas dentro do campus. Isso já em si um abuso do poder da prefeitura do campus e da administração.

Qual seria, então, o procedimento?

Era preciso discutir com a comunidade, a exemplo da cerca e de outras medidas de segurança colocadas como emergenciais. Concordo que é preciso que haja um corpo de segurança na universidade, que seja responsável pela manutenção do patrimônio da universidade e pela integridade física das pessoas que aqui circulam. Só não consigo ver onde a PM faz melhor essa função do que a segurança. Um policial militar não conhece o espaço em que está trabalhando, uma vantagem que a segurança tem. Ela conhece os espaços, os servidores são conhecidos pelo nome. Existe uma relação de cumplicidade com o funcionário da universidade, de vínculo.

“Alguns tiram os cadáveres dos armários”

O diretor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FECC), Léo Pini Magalhães, acredita que o campus da Unicamp passou a conviver com uma violência que há muito atinge Campinas. Seguindo essa linha de raciocínio, o professor acredita que as unidades devem investir em mecanismos de proteção que garantam a segurança da comunidade universitária. Magalhães, que também defende a ronda ostensiva no campus, revelou que a FECC terá uma segunda portaria, e que câmeras serão instaladas nas dependências da Elétrica, por iniciativa da unidade. Está em estudo, também, a instalação do “Telefone da FECC” que, de acordo com o diretor, ficaria à disposição de qualquer pessoa que tenha presenciado algo de estranho nas dependências da faculdade.

Magalhães acredita que a vigilância deva continuar até Campinas voltar à normalidade. “Temos mais de 500 pessoas assassinadas este ano na cidade. Isso não está ligado apenas ao fenômeno brasileiro, mas em particular à falta de gerência municipal e estadual”, pondera. Magalhães entende que polícia é poder do Estado, mas não poupa a administração Chico Amaral que, segundo ele, foi “uma catástrofe”, e acha que falta iniciativa na atual gestão petista. “A Prefeitura pode colaborar se tiver um trabalho mais ativo e construtivo”, diz.

Embora para o diretor da FECC, no caso do policiamento do campus da Unicamp, devam ser obedecidas algumas particularidades da vida universitária, as rondas ostensivas se fazem necessárias. “As pessoas uniformizadas [PM] que circulam pelo campus estão cumprindo sua tarefa e seu papel”, defende. A aversão de parte da comunidade à presença da polícia no campus, na opinião do diretor, está relacionada à ditadura militar. “Algumas pessoas insistem em tirar os cadáveres dos armários, mas acho que elas nem são da época do governo militar. São jovens de 25,

30 anos que eram recém-nascidos na ditadura. A PM tem problemas, mas temos que tentar trabalhar com esses problemas; não são bandidos que estão ali”.

Magalhães defende duas modalidades de policiamento. O comunitário, que, desarmado, teria poderes de guarda e poderia ser feito pelos próprios vigilantes da Unicamp; e o armado, a ser feito pela Polícia Militar e controlado pela administração superior da Universidade. “As duas soluções não se excluem”, prega o professor, para quem não existe sentido em os policiais fazerem a ronda sem as armas. “Quando nos ataca, o ladrão parte do princípio de que estamos desarmados”.

O diretor da FECC admite que algumas pessoas ficam intimidadas com a presença da PM no campus, mas diz que as vítimas da violência têm uma opinião “muito diferente”, justamente por se sentirem desprotegidas. Ele cita um assalto ocorrido no final de outubro, em que um ladrão invadiu armado a sala de um professor, rendeu um aluno que lá estava e levou um computador, recuperado depois pela Guarda Municipal de Paulínia durante uma blitz de rotina. O assaltante, foragido da Justiça, foi preso. “O preocupante é essa violência pessoal. Já tivemos casos de seqüestros aqui no campus, por isso temos que ficar atentos”.

Apesar de ver um “certo descompasso” causado pela mudança da empresa responsável pela vigilância do campus, sobretudo porque os antigos funcionários conheciam a rotina das unidades, Magalhães acredita que a situação não está fora de controle e que os índices de violência vêm registrando queda. As rondas, em sua opinião, só somariam. “Os policiais, que teriam uma atuação discreta, seriam sempre os mesmos”. E não descarta eventuais contratempos. “Estamos na fase do aprendizado, e alguns erros vão ser cometidos. Precisamos aprender com eles”.

A bola da vez

O professor Celso Arruda, diretor da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM), diz ser “totalmente favorável” à presença da polícia no campus da Unicamp, sobretudo para coibir casos de violência cometidos por pessoas estranhas ao ambiente universitário. Arruda prega um policiamento com treinamento diferenciado para atuar no campus, além de considerar importante que a comunidade acadêmica se conscientize de que a presença dos PMs é necessária para a proteção das pessoas que circulam diuturnamente na Unicamp.

No entanto, Arruda entende que a presença da PM deve ser totalmente desvinculada da repressão a quaisquer tipos de manifestação, seja de alunos, professores ou funcionários. “Eles devem fazer o que desejarem. Essas manifestações fazem parte da história da Universidade e sempre transcorreram dentro da normalidade”, diz.

Dizendo-se “jurássico” na Unicamp, onde está desde 1968, Arruda acredita que a Universidade está cada vez mais inserida num contexto maior, no qual Campinas, “uma cidade muito violenta”, faz parte. “A violência está provocando mudanças na configuração de comportamentos. Há 10 anos, por exemplo, as preocupações eram outras, o campus era muito diferente. Nós estamos num país muito violento, com uma distribuição de renda terrível, com muita gente desesperada por conta do desemprego”. Para piorar o quadro, lembra Arruda, existe o mito de que as pessoas da Unicamp têm um padrão salarial elevado. “Se ficarmos desprotegidos, poderemos ser a bola da vez”.

Diretor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação prega a adoção de mecanismos de proteção

FOTO: ANTONINHO PERRI



Léo Pini Magalhães, diretor da FECC: “A Polícia Militar está cumprindo seu papel”

PAVAN DEFENDE POLICIAMENTO OSTENSIVO

O diretor associado do Instituto de Biologia (IB), Octávio Pavan, defende a presença da Polícia Militar no campus. O professor vê como “anacrônica” a posição de setores que são contrários ao policiamento e entende que a Unicamp deve tomar medidas enérgicas para coibir a violência. A seguir, a entrevista feita com o diretor associado do IB.

Jornal da Unicamp – Como o senhor vê a questão da violência no campus?

Octávio Pavan – Temos, na Biologia, mil alunos, dos quais a maioria tem pouco mais de 18 anos. São pessoas que vêm de todos os cantos, em busca de educação num lugar que se imaginou seguro até pouco tempo atrás. E essa é a responsabilidade que a universidade tem com essa parcela grande da população. É um celeiro de pessoas que vão fazer a diferença daqui a algum tempo. Não podemos, de maneira nenhuma, deixar que a universidade se torne palco da violência. É quase impossível a gente não tomar providências muito enérgicas, muito sérias, para que essa atividade que considero importantíssima, que é formar esse pessoal no futuro, seja afetada e ameaçada por essa violência, que é pontual e diferente do que a de fora, mas que deve ser reduzida ao máximo.

Como o senhor vê a proposta que preconiza uma universidade aberta?

Por mais que a gente goste da idéia de manter a universidade aberta, como se fosse uma praça pública, nós temos dois problemas: o primeiro e mais importante é um capital enorme em jovens; o segundo é o investimento enorme em pesquisa. É uma quantidade de equipamentos que não pode ser negligenciada. Nós temos que prestar contas. Num país miserável, é inadmissível que a gente tenha alguns milhares de reais de equipamento sob ameaça.

Quais seriam, a seu ver, os mecanismos de controle?

Vou falar do Instituto de Biologia, onde, por falta de disciplina, ninguém gosta de usar o crachá. Nós temos hoje uma espécie de terra de ninguém. Entre funcionários e professores, são mais de 400. É praticamente inviável você conhecer todo mundo. Por outro

lado, o IB é completamente aberto. Devemos ter, no mínimo, 20 entradas e saídas. O que está acontecendo é que salas e departamentos estão sendo trancados, o que prejudica a convivência. Seria extremamente interessante um sistema de fechamento do prédio, o uso do crachá, e por último, que é o ônus que a gente tem que pagar pela violência, o uso de câmeras e a presença da Polícia Militar.

A presença da PM no campus é objeto de acaloradas discussões. Como o senhor vê a polêmica?

Fui manifestante em 1968 quando entrei na faculdade. Fui preso na USP, tínhamos um medo enorme do DOPS, da Polícia e do Exército. Mas infelizmente, com trauma ou não, precisamos de polícia. É verdade que a polícia não é perfeita, mas o país também não é perfeito. É verdade também que a gente vai ter alguns problemas. Mas, a omissão é o mais grave de todos os problemas. Como dirigentes, temos que garantir o mínimo de segurança. Isso aqui é uma cidade com milhares de pessoas. Mais: é uma cidade extremamente rica, e a riqueza nossa está no material humano. E isso tem que ser protegido. Vai ter que atravessar a liberdade, inibir as pessoas, mas acho que vai ter que se fazer isso.

Que tipo de policiamento o senhor acha que deve ser implantado?

A segurança vai ter que ser muito bem cuidada, tem que ser um pouco diferente. Temos que ter dentro da universidade a polícia como a gente gostaria, como se estivesse policiando a cidade. Ou seja: quando saio de uma aula no noturno, gostaria de ter um carro da polícia lá, gostaria de ter uma ou duas viaturas...policiamento ostensivo. Infelizmente isso pode incomodar, mas não vejo outra maneira. Alguns professores e alunos vão ficar irritados, mas vejo que a responsabilidade da universidade é garantir que isso aqui funcione com um grau de segurança maior do que está lá fora, de maneira ostensiva. Essa coisa de achar que polícia ostensiva cerceia a liberdade é anacrônica. A gente “pôs a mesa” aqui dentro: lugares ermos, escuros, pouca polícia, milhares de alunos. Vai doer, vai incomodar, mas é o preço que a gente vai ter de pagar por deixar milhões de brasileiros sem opção. E nós temos que nos proteger e proteger uma coletividade que está muito exposta. Não temos o direito de, em nome de uma pretensa liberdade, colocar em risco a vida e o patrimônio.

FOTO: ANTONINHO PERRI



Octávio Pavan, diretor associado do IB: “Não temos o direito de colocar em risco a vida dos alunos”

FARDA, fardão e arco-íris

Secretária de Segurança de Campinas acredita que PM está preparada para atuar na Unicamp

Num gabinete despojado de um prédio ocupado pela Prefeitura de Campinas, no centro da cidade, mais conhecido pela população por abrigar também o Procon, uma mulher começou a tecer planos que podem imprimir um novo estilo ao sistema de segurança na Unicamp. Que novidades podem vir de lá? Primeiro a atuação sistemática da Guarda Municipal no campus. Segunda sob o comando de alguém que conhece muito bem o universo acadêmico. Terceira: e que carrega na história pessoal marcas fortes o suficiente para repudiar arbitrariedades e transgressões aos direitos civis.

A pessoa que reúne essas características é Maria Cristina Von Zuben Camargo. A questão da segurança no campus passou a freqüentar sua agenda de trabalho desde 9 de outubro deste ano, quando assumiu a Diretoria de Segurança da Secretaria de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública em Campinas. E, a partir do final do mês passado, as idéias ganharam mais força, quando ela foi nomeada secretária da pasta, acumulando a função anterior. Apesar de continuar respondendo diretamente pelo efetivo de exatos 599 guardas municipais, ela ainda se mantém ligada à Unicamp, mais exatamente como assessora da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Educadora, Maria Cristina atuou por 15 anos no extinto Departamento de Medicina Legal (DML) da universidade, na área de Bioética.

Hoje com 52 anos, ela chegou a ser presa e torturada durante a ditadura militar, na década de 1970, quando militava no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Uma fase, entretanto, que não a impediu de — usando suas próprias palavras — “transformar as experiências mais aflitivas da minha vida em instrumental para ajudar na consolidação da cidadania”. Por isso, resolveu lecionar Ética e Direitos Humanos para policiais militares, desde os graduados do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da PM, até os recrutas das escolas de formação de soldados, em 90 cidades da região.

Mesmo ressaltando que ainda está em fase de familiarização com os cargos para os quais foi convidada pela Prefeitura petista, Maria Cristina adianta sua convicção de que o perfil que pretende conferir aos guardas municipais é perfeitamente compatível com o tipo de segurança que o campus e adjacências estão precisando, provavelmente na forma de parceria com a própria PM e a vigilância privada mantida pela instituição.

“Com relação à PUC, nós já temos sido solicitados para ações eventuais, principalmente como reforço na segurança de eventos”, conta. “Mas o que a gente está planejando, mais sistematicamente, é que a GM, além de realizar patrulhas na Unicamp, desenvolva programas e estudos de segurança. Para isso, a Guarda tem a sua academia, a qual desejo aperfeiçoar, com cursos permanentes de reciclagem”, acrescenta.

Segundo Maria Cristina, a eventual participação da GM no complexo de segurança da Unicamp “seria até mesmo uma contrapartida das mais justas, uma vez que a universidade está sempre cedendo docentes para a Prefeitura”. No caso específico da corporação que coordena, a secretária lembra que



Maria Cristina Von Zuben Camargo dá palestra para policiais militares na Unicamp: “Faltou tornar público o crescimento da violência”

seus subordinados já freqüentam um curso de Ética e Justiça, ministrado pelo professor Paulo Roberto de Souza, e há planos de aproveitar alunos de pós-graduações de diversas faculdades e institutos para o que ela classifica de “preparação de humanidade”.

“Quero que os guardas conheçam a história crítica da Unicamp, não só a de seus personagens ilustres, que isso a gente deixa para os estudantes de fora que visitam a universidade”, brinca Cristina. “Assim como insisto que eles tenham aulas sobre a cultura maior da própria cidade que devem proteger; que conheçam os movimentos sociais e a rede de equipamentos a que podem recorrer, no encaminhamento de meninos de rua, idosos desprotegidos etc”, complementa.

DIFICULDADES

O eventual emprego da Guarda Municipal no campus não implicará no arrefecimento da atuação da PM. Na concepção de Maria Cristina, seria mais uma atuação complementar. “Não que os guardas municipais estejam impedidos de efetuar prisões e impedir crimes de quaisquer natureza”, explica “Mas é que não faz parte de suas atribuições ir em busca dos bandidos. E, como os bandidos não habitam o campus, uma operação de corte propriamente policial só deverá ocorrer em casos de flagrante”.

Enquanto os planos da secretária para Assuntos de Segurança ainda carecem de maior amadurecimento, ela defende que a PM está plenamente preparada para atuar de forma harmônica junto à comunidade acadêmica. Porém, não desconhece as dificuldades: “O problema é que, embora se tratem de pessoas bem formadas, muitas ainda retêm na memória aquela polícia de anos atrás, completamente desprovida de referências intelectuais, que mal sabia se comunicar e que, não raro, agia de forma inadequada em muitas ocorrências”.

Isso está mudando a largos passos, garante: “Hoje, um jovem só é recebido num curso de formação de soldado se tiver o colegial completo. E, o que é mais admirável, muitos deles escolhem a carreira policial justamente pelo sistema de trabalho que, por oferecer folgas alternadas, permite-lhes alcançar uma faculdade”. Ou seja: o soldado que patrulha o campus num horário tem as condições necessárias de estar estudando numa das faculdades, em outro período.

“Se a gente contemplar, então, o oficialato, vamos encontrar a Academia do Barro Branco, cujo vestibular é tão rigoroso que já integra a Fuvest. E vem se mantendo como a terceira opção mais concorrida”, continua. “São cinco anos de curso, com oito horas/aulas por dia, mais duas de estudos obrigatórios à noite. Até porque eles recebem salário para isso”.

A educadora salienta que “do ponto de vista da ética e dos direitos humanos, a preocupação da PM é tão elevada que, num curso de um ano, essas disciplinas ocupam 70 horas/aulas”. E compara: “A nossa própria Faculdade de Ciências Médicas prevê apenas 30 horas/aulas de Ética em seis anos”. Esses dados, para Cristina, demonstram que “a relação da universidade com a PM está longe de ser inviável, pois ambas as instituições apresentam um bom nível intelectual”.

Remeter o trabalho de um policial hoje no campus aos “anos de chumbo” é uma tendência equivocada, na opinião da ex-presa política. “É importante colocarmos as coisas como realmente ocorreram, com dados da realidade. A participação da PM na ditadura foi insignificante, praticamente figurativa. Quem atuou efetivamente nos doi-codis da vida não foi ela; isso coube muito mais — que me desculpem — às Forças Armadas e à Polícia Civil. A PM cuidava do xadrez. E era a única que conversava com a gente e também a única com quem a gente aceitava conversar”, relembra.

E por que os órgãos de repressão não teriam contado com o apoio irrestrito da PM? “Porque ela é uma polícia muito mais ‘civil’ que se pode imaginar”, responde Cristina. E saca de um exemplo recente: “Dia desses, ao dar aula pra 36 capitães sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, ouvi de um deles uma crítica que nunca ouvi do mais ferrenho defensor dos direitos humanos. Ele repudiou o fato de a detenção de uma criança ser definida juridicamente como ‘busca e apreensão’, o que, na sua visão, só deveria ser aplicado a objetos e animais”.

Na avaliação da Secretária de Segurança, “uma forma de se criar uma cultura contra os espaços democráticos é exatamente isolando pessoas ou segmentos”.

O SUSTO

A educadora admite que a formação humanista da PM campineira — e de outras corporações — ainda têm muitos passos a trilhar para atingir o nível ideal. Mas ela, tampouco, exime a própria Unicamp de responsabilidade pelo estranhamento que o policiamento mais ostensivo vem provocando em alguns segmentos universitários. Faltou tornar mais público o crescimento da violência no campus, acha ela.

“A Unicamp que eu conheço criou aquele espaço em Barão Geraldo, onde muitos professores foram morar e criou-se uma fantasia de que estávamos morando no País das Maravilhas, que existia o pote de ouro além do arco-íris”, opina. “Houve realmente uma época em que era possível que nossas crianças brincassem nas ruas. Mas isso se tornou inviável e é lamentável que toda a inteligência abrigada na universidade se veja agora obrigada a dar respostas tardiamente”.

O que é o Ministério Público e quais são suas funções?

O Ministério Público existe há muito tempo, mas ganhou um grande relevo a partir da promulgação da Constituição de 1988. O Ministério Público tem uma área ampla de atuação. A sua atuação mais tradicional é na esfera criminal, ou seja, o promotor da ação penal pública. Os promotores de justiça, os procuradores da república sempre tiveram como encargo principal fazer a persecução criminal dos acusados de práticas delituosas. A Constituição de 1988 trouxe uma grande inovação no tratamento do Ministério Público. Desde logo, sacramentou uma outra área de atuação, que havia sido prevista pela lei da ação civil pública, de 1985. A Constituição disse que, entre as funções do Ministério Público, está, além da promoção da ação penal pública, a promoção da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público social, do meio ambiente e de interesses difusos e coletivos de modo geral. Nesse âmbito, o Ministério Público entra com a ação civil pública para proteção do patrimônio público, para punição de administradores desonestos. Esta é mais conhecida como ação de improbidade, que leva à punição do mau administrador público. Ele não só pode perder o cargo, mas também ficar inabilitado para exercício de direitos políticos por até oito anos. O Ministério Público, para a realização dessas tarefas fundamentais, tem instrumentos de atuação, previstos na Constituição e na sua própria Lei Orgânica.

Quais são esses instrumentos?

No campo da proteção dos interesses difusos e coletivos, o mais importante instrumento de ação é o inquérito civil público, instalado para verificar a ocorrência de lesão ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. Com base nas investigações que faz por meio do inquérito civil público, é que o Ministério Público promoverá a ação civil pública. Para instruir, para carrear provas, tendo em vista a propositura da ação, o Ministério Público tem poderes de requisição. Ele pode requisitar documentos e perícias a entidades públicas e privadas. Também no campo criminal, o Ministério Público tem poderes investigatórios, estabelecidos na própria Constituição, na sua Lei Orgânica e, sobretudo, reconhecidos pela jurisprudência. Essa é uma coisa nova. Antes da Constituição de 1988 a matéria era muito nebulosa. A quem cabe fazer a investigação criminal? Só a Polícia, através do inquérito policial? O Ministério Público também. Se o Ministério Público é o titular privativo da ação penal pública, isso significa que só ele pode promover a ação penal pública. A ação penal pública, em contraposição à ação penal privada, é a que visa a punição dos crimes em geral. As exceções são crimes de injúria, calúnia, sedução, que são crimes de ação penal privada. A lei reconhece que o interesse do indivíduo é preponderante. Por exemplo, os ofendidos numa difamação podem não se interessar em mover um processo judicial, que pode piorar a situação. Nesses casos, o Ministério Público não tem a titularidade da ação. Já nos crimes em geral, como roubo, furto, estelionato e crimes contra a vida, o MP é o titular da ação penal.

Que benefício essa prerrogativa do Ministério Público traz para o sistema judicial brasileiro?

Devemos lembrar que, quando os homens passaram a viver em sociedade, eles renunciaram à vingança privada. Se alguém sofre um crime, não pode fazer justiça com as próprias mãos. Isso passou a ser tarefa

do Estado. Aliás, fazer justiça com as próprias mãos é crime, previsto no artigo 345 do Código Penal. Portanto, só o Ministério Público pode propor a ação penal pública. A Constituição só prevê uma exceção. A titularidade do MP tem um limite. Se ele não cumpre com sua obrigação de fazer a persecução penal, se não toma as medidas cabíveis, o ofendido pode, subsidiariamente, propor a ação penal pública. Por outro lado, se o Ministério Público tem o poder de ajuizar a ação, nada mais natural que tenha também instrumentos para poder instruir o seu pedido de processo criminal, que é feito através de uma petição chamada denúncia. Essa denúncia descreve o fato criminoso em todas as suas circunstâncias, aponta os responsáveis por ele e pede a punição perante o juiz. Mas para denunciar alguém é preciso que haja indícios. Ninguém pode ser denunciado com base na imaginação apenas. É preciso que haja uma investigação pré-processual. Tradicionalmente, quem fazia essa investigação era a Polícia. No entanto, a partir da Constituição de 1988, o Ministério Público também passou a investigar.

Qual a razão dessa mudança?

Há crimes que a Polícia tem dificuldades em investigar. Por exemplo: crimes envolvendo autoridades do governo, crimes envolvendo os próprios policiais, crime contra o sistema financeiro ou contra a ordem tributária, cuja investigação requer informações bancárias e fiscais, que são cobertas por sigilo legal. Nesses casos, tem sido oportuna a atuação investigatória do Ministério Público. Não existe, no âmbito do Ministério Público, uma tendência em querer substituir a Polícia na investigação de todos os crimes. Mas é necessária a presença do MP em certos casos. Hoje o Ministério Público tem um papel mais ativo na defesa dos interesses da sociedade. Esse é seu significado fundamental.

Existem iniciativas, em discussão no Congresso Nacional, que propõem a mudança dessa estrutura e até a retirada de algumas das prerrogativas do MP. O senhor pode detalhar qual é o teor dessas matérias?

Veja, há muitos anos se verifica a existência de iniciativas tendentes a conter o Ministério Público, a cercear a atuação do Ministério Público. Temos vários exemplos disso. Um deles, bastante discutido na imprensa, diz respeito à chamada Lei da Mordada. Trata-se de um projeto de lei, já aprovado na Câmara, que está em discussão no Senado. Na prática, essa proposta criminaliza a divulgação de notícias e investigações de processos judiciais, sejam criminais ou referentes a ações de improbidade. Isso vem em detrimento do interesse público pela informação e do dever da imprensa de noticiar. É contra a liberdade da manifestação do pensamento, contra a liberdade de expressão. Essa proposta contraria os princípios fundamentais do estado democrático de direito. A transparência é fundamental para a subsistência e desenvolvimento do estado democrático de direito. Do jeito que está, esse projeto é uma iniciativa infeliz.

A medida, alegam os seus defensores, teria o objetivo de proteger o direito à imagem do cidadão e conter eventuais abusos do MP...

Sem dúvida, é preciso reconhecer o direito à imagem do cidadão. Mas é preciso reconhecer também o direito da sociedade à informação. Se o MP tem elementos suficientes para o oferecimento de uma denúncia, por que a existência do processo não

O risco da IMPUNIDADE

Procurador regional da República de Emenda Constitucional ao Congresso, tem o objetivo de

A escalada da criminalidade no Brasil tem feito da segurança pública um assunto obrigatório nas rodas de bate-papo. Mais policiamento, combate às injustiças sociais e maior agilidade da Justiça são algumas das preocupações manifestadas principalmente pelos moradores dos centros urbanos, onde o problema é sentido de forma mais intensa. Mas um tema fundamental, que está sendo discutido no Congresso Nacional, não faz parte da pauta dos debates populares, pelo menos na visão dos integrantes do Ministério Público (MP). Trata-se de uma Proposta de Emenda Constitucional, a chamada PEC da Segurança Pública, que estabelece uma série de mudanças tanto na estrutura quanto na forma de atuação do próprio MP e da Polícia. Para promotores públicos e procuradores da República, a iniciativa teria o efeito de cercear o MP e fazer com que o peso da Justiça volte a ser sentido apenas pelos pobres, pois, na prática, os ricos e poderosos voltariam a gozar com mais segurança da velha impunidade.

De acordo com procurador regional da República, Mario Luiz Bonsaglia, o desconhecimento em torno do assunto deve-se sobretudo ao desinteresse da imprensa, o que favorece a ação junto ao Congresso do forte lobby exercido pelos segmentos diretamente interessados na aprovação da matéria, notadamente as entidades que representam os policiais.

pode ser tornada pública? A própria Constituição estabelece como regra fundamental, ao tratar do Poder Judiciário, que os atos judiciais serão públicos. Justiça secreta não combina com democracia. Não há razão para se privilegiar pessoas que estão sendo fundamentadamente processadas.

Qual seria o real interesse, então, dessas iniciativas?

É preciso situar essas iniciativas cerceadoras do Ministério Público no contexto da sua atuação. Antigamente, o MP estava mais a serviço da manutenção do status quo, principalmente na área criminal. A clientela tradicional da justiça criminal do Brasil sempre foi composta pelos pobres, pelas pessoas extraídas de classes sociais baixas. É tradicional dizer que, no Brasil, os ladrões de galinha sempre foram para a cadeia, mas não os criminosos do colarinho branco, as pessoas poderosas e influentes politicamente. Essa realidade mudou significativamente nos últimos anos. Hoje, mais e mais pessoas de classe social mais privilegiada, pessoas ricas, poderosas e influentes politicamente, têm se sentado nos bancos dos réus. Tanto na área criminal, quanto em relação às ações de improbidade. Há centenas de prefeitos e autoridades de go-

verno pelo Brasil afora sendo processadas por ações de improbidade. Então, a atuação do Ministério Público está incomodando. Também no âmbito da reforma do Judiciário foram feitas tentativas de cercear o MP. Algumas foram derrubadas na Câmara e outras subsistem.

Que propostas ainda estão sendo discutidas no Congresso?

No final de 2000, no apagar das luzes, o presidente da República editou uma medida provisória que cerceava a atuação do Ministério Público, especialmente no tocante às ações de improbidade. Determinava que o procurador que oferecesse uma ação de improbidade se sujeitava a uma multa de R\$ 150 mil, caso ela viesse a ser julgada improcedente. E também tipificava como ato de improbidade

“ É preciso reconhecer o direito da sociedade à informação ”

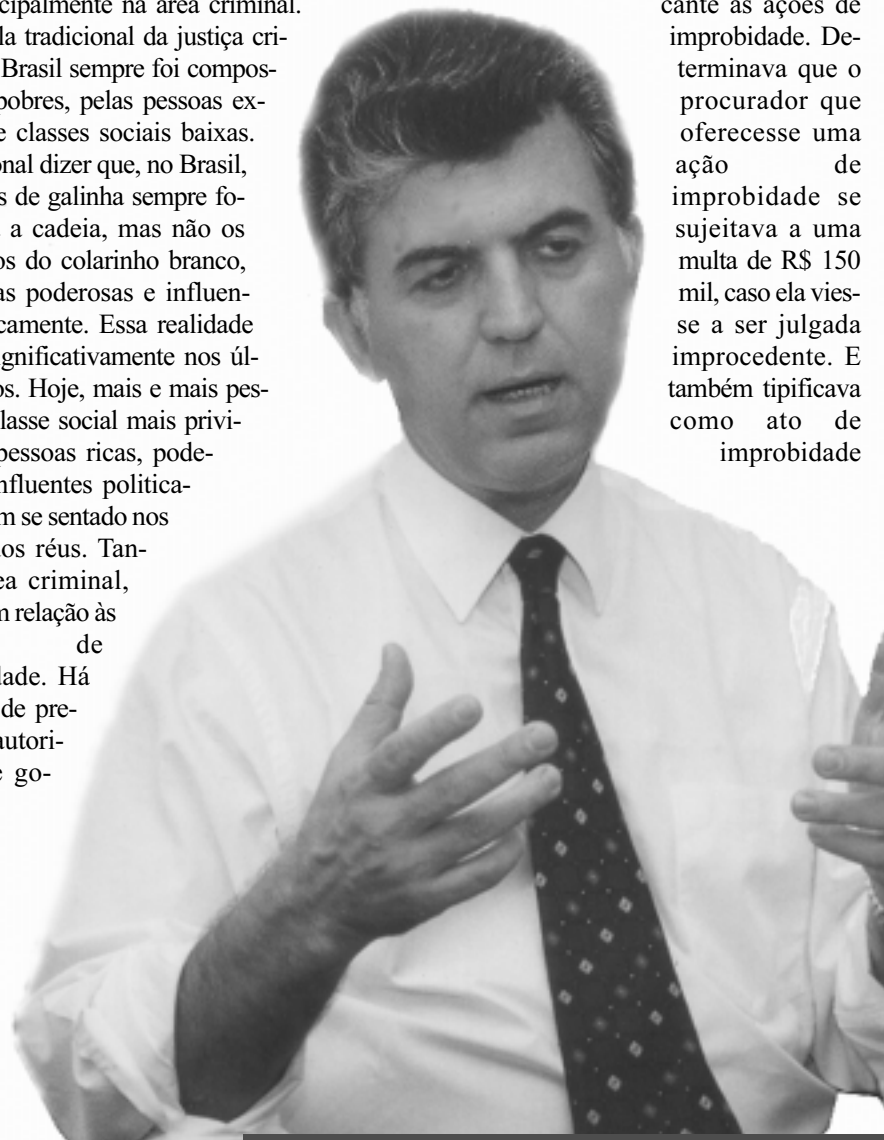


FOTO: NELDO CANTANTI

Mário Luiz Bonsaglia, procurador regional de pessoas que estão sendo fundamentadamente

IDADE PLENA

República alerta que Proposta da Segurança, em discussão no Congresso, pode cercear o Ministério Público

Entre as propostas que estão sendo analisadas pelos parlamentares, algumas tiram o sono dos membros do Ministério Público: as que conferem autonomia política e financeira às polícias, suprimindo também o controle externo exercido pelo MP, e as que enfraquecem a titularidade da ação penal pública e impedem-lhe a investigação pré-processual.

Na prática, isso significa dizer que o MP passará a ser um mero assistente do Judiciário, caso a matéria seja aprovada por deputados federais e senadores. Deixará de exercer, inclusive, o controle externo da Polícia. “Em outras palavras, a Polícia, além de deixar de ser subordinada ao Estado, só poderá ser investigada por ela mesma. Isso é um absurdo. Estaríamos criando um Estado Bonsaglia, esta é mais uma, dentre muitas investidas, para tentar engessar o MP. Mas a quem interessa esse tipo de mudança? Para o procurador, a resposta é óbvia: “Interessa sobretudo àqueles que sempre gozaram de impunidade e que hoje já não se sentem tranqüilos; que hoje começam a frequentar os bancos dos réus e começam a sentir sobre seus ombros o peso da lei. O MP é um órgão que não tem dependência frente ao Executivo, não é manipulável”. Confirma, abaixo, os principais trechos da entrevista do procurador regional da República ao **Jornal da Unicamp**.

a investigação da própria improbidade, caso ela não fosse bem sucedida. Houve uma repercussão muito negativa em relação à medida provisória do governo, o que fez o presidente da República recuar. Há diversos outros exemplos de iniciativas no campo do Legislativo, em detrimento da ação do MP. Eu citaria mais uma. Trata-se da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública, em tramitação na Câmara dos Deputados. Essa proposta foi aprovada em 10 de outubro pela respectiva comissão especial, faltando apenas a votação de alguns destaques antes de seguir para a votação em plenário. Essa proposta, apesar de tratar de segurança pública, na verdade altera diversos dispositivos da Constituição, inclusive dispositivos do Ministério Público, que irão alterar o seu estatuto. Como exemplo, eu cito a proposta de criação do Juizado de Instrução. O MP se limitaria ao papel de prestar assistência ao juiz. Ou seja, de titular da ação penal pública, ele passaria a ser assistente. O juiz não só julgaria, como também faria investigações. Isso quebraria o princípio da imparcialidade e isenção de um órgão jurisdicional que é fundamental para o estado democrático de direito. Essa proposta foi rejeitada em outras oportunidades, e não se entende porque foi reintroduzida nesse projeto. Outra medida nefasta, que está no âmbito da reforma da Segurança Pública, é a revogação do dispositivo da Constituição que estabeleceu o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.

Na prática, o que essa alteração representaria?

Hoje, a atividade da Polícia, principalmente no que se refere à persecução penal, está sob o controle externo do MP. Os milhares de promotores de justiça e centenas de procuradores da República deste País estão habilita-

dos a exercerem o controle externo da atividade policial, inclusive em cada inquérito em que atuam. Esse controle destina-se a evitar abusos, desvios e irregularidades. O objetivo é melhor promover o interesse público na investigação, inclusive com respeito aos direitos humanos. As entidades corporativas da Polícia nunca aceitaram esse controle externo e querem o fim dele. O projeto em discussão na Câmara dos Deputados extingue esse controle externo e substitui por um órgão burocrático integrado por poucas pessoas, integrado inclusive por representantes da Polícia. Será um órgão meramente burocrático, que não terá condições de exercer controle algum. Vale ressaltar que, no âmbito da comissão especial da Câmara, existem representantes das entidades corporativas da Polícia. Essa comissão acabou pecando por atender o corporativismo da Polícia.

Caso seja aprovada da forma como está, que outras mudanças essa matéria trará na atuação do MP e da Polícia?

Pretende-se restringir a atuação investigatória do Ministério Público. Ou seja, só a Polícia pode fazer a investigação criminal. Em outras palavras, só a Polícia pode investigar a Polícia. Isso é um absurdo. Também dá autonomia administrativa, orçamentária e financeira à Polícia. Também não é possível compreender isso. O Exército, que no capítulo da segurança do Estado ocupa o posto mais alto, não tem essa ampla autonomia. E nem é conveniente que tenha. Tanto o Exército quanto a Polícia são órgãos armados. A questão do controle dessas instituições se põe, portanto, de maneira mais delicada. O projeto também estabelece que o chefe de Polícia será eleito pelos seus pares. Teria um mandato. Hoje, quem nomeia o chefe da Polícia é o governador. Vai se criar um órgão

armado independente, o que é inconcebível. Nem o Exército é independente. Isso não é compatível com o Estado democrático de direito. Ninguém ignora que a função da Polícia é muito importante para a sociedade. Ninguém ignora também que os policiais, de modo geral, não têm condições satisfatórias de trabalho e nem remuneração compatível com a importância e com os riscos da sua profissão. Tudo isso merece a simpatia de toda a sociedade, inclusive do Ministério Público. Os membros do MP são plenamente favoráveis a que os policiais tenham melhores condições de trabalho, tenham mais segurança para exercer sua profissão, tenham melhor remuneração, tenham seguro de vida, tenham, enfim, todo o amparo possível para desempenhar bem as suas funções. Agora, não há razão para tornar a Polícia um órgão politicamente independente. Não há razão para se extinguir o controle externo da Polícia pelo Ministério Público. E não há razão de tirar do MP a possibilidade de continuar fazendo investigações criminais, como em casos em que a atuação da Polícia é mais difícil.

A quem interessa esse engessamento do Ministério Público?

Interessa sobretudo àqueles que sempre gozaram de impunidade e que hoje já não se sentem tranqüilos; que hoje começam a frequentar os bancos dos réus e começam a sentir sobre seus ombros o peso da lei. O MP é um órgão independente frente ao Executivo; não é manipulável.

O senhor destacou que o MP é um defensor dos interesses da sociedade. Na hipótese dessa matéria passar no Congresso, que tipo de prejuízo isso traria para a sociedade?

O resultado só poderá ser um: o Ministério Público será emasculado dos seus atuais poderes e garantias. Ele perderá a sua atual desenvoltura para defender os interesses da sociedade. A sociedade perderá o que tem sido hoje o seu maior defensor.

A apuração de crimes e delitos, nesse caso, ficaria mais difícil?

Nós voltaremos à situação tradicional neste País, em que cadeia é lugar só reservado para pobres. Voltaremos ao estado em que pessoas influentes gozarão sempre de impunidade, em que autoridades de governo poderão fazer o que quiser, em que os interesses públicos poderão ser violados. Há muito que se fazer. Ainda há impunidade. Mas já não é certa essa impunidade. Aquele que pratica um crime de colarinho branco — por exemplo, um crime contra o sistema financeiro — hoje já não pode dormir tranqüilo. O governante desonesto já não dorme tranqüilo.

O senhor considera que a sociedade está sendo devidamente esclarecida sobre esse assunto?

Na verdade, a cidadania ainda é muito incipiente em nosso País. Uma das coisas fundamentais que todo o cidadão deveria fazer é se inteirar das propostas em tramitação no Congresso Nacional. Eu acompanhei de perto a reforma do Judiciário, quando o projeto tramitou na Câmara de Deputados. Eu estive presente em reuniões da comissão especial, nas quais questões fundamentais foram discutidas, como a de se dar efetividade ao mandado de injunção. Mandado de injunção é uma ação prevista na Constituição, que se destinaria a fazer valer direitos previstos na própria Constituição, mas que por falta de uma lei reguladora ainda não

estão sendo implementados. Aliás, uma tática para retirar direitos é tornar inócuos os dispositivos constitucionais que os prevêem. Por exemplo, até hoje a lei que deveria disciplinar a greve dos servidores públicos federais não foi editada. A Constituição reconhece a greve e prevê que ela deverá ser feita nos termos da lei. Como essa lei nunca foi editada, a greve em defesa de direitos legítimos fica impossibilitada. Existem direitos sociais que passam pela mesma situação. Pois bem, a proposta a que me referi visava a dar efetividade ao mandado de injunção para permitir que o juiz, na falta de uma norma regulamentadora, fizesse uma disciplina provisória daquele direito. Essa proposta foi derrotada por uma pequena diferença. Não saiu uma nota na imprensa. Questões importantes, como o nepotismo, foram discutidas e também não prosperaram. Nada disso saiu na imprensa. É preciso que o cidadão procure se inteirar do que se passa no Congresso Nacional. Como é impossível que a maioria dos cidadãos compareça ao Congresso, a imprensa tem papel fundamental de acompanhamento das discussões, da divulgação do pensamento dos parlamentares em geral.

No capítulo específico da Polícia, o senhor ressaltou o risco da total independência da corporação em relação ao Estado. Há, entre uma parcela importante da população, o sentimento de que a Polícia não investiga, que é truculenta e ineficiente. Caso a Polícia adquira esse status, o senhor teme, por exemplo, a instalação de um Estado Policial no país? E que risco isso traria para o cidadão comum?

Se essa proposta for aprovada do jeito que está, nós estaremos perto da criação de um Estado Policial no país. Por que? Porque estará sendo retirado o maior controle que hoje existe sobre a Polícia, que é o exercido pelo Ministério Público. Ele será substituído por um controle meramente retórico e inoperante. Ao mesmo tempo, estará se dando independência política e autonomia administrativa e orçamentária à corporação, cujo chefe seria nomeado pelos próprios policiais. Ou seja, a Polícia seria uma instituição independente. Se hoje a sociedade já vê com muita preocupação a sua Polícia, com a aprovação de uma proposta dessa a situação certamente seria caótica.

Essa proposta tem chances de ser aprovada?

Nós acreditamos que essa proposta, do jeito que está, não tem viabilidade política. Ela dificilmente seria aprovada pelo Congresso da forma como está. É de se lamentar, porém, que esteja se perdendo a oportunidade para discutir seriamente o problema da Polícia. A instituição deveria ser submetida a uma reforma para adequá-la àquilo que a Constituição prevê para a sua atuação. A Polícia deve ser o instrumento de garantia da tranqüilidade pública. Um instrumento para salvaguardar a lei. Sobretudo, tornar-se um agente de proteção dos direitos humanos e não como muitas vezes acontece.

Como o Ministério Público vem agindo para demonstrar a sua preocupação em relação a essas propostas?

O que os procuradores da República estão procurando fazer é justamente tornar públicas essas propostas que alteram pontos importantes da Constituição, para que os setores mais amplos da opinião pública possam formar seu próprio juízo. Assim, poderão influenciar indiretamente no andamento das discussões. É o que estamos fazendo.

“ O MP é um órgão independente, não é manipulável ”

Nada será como antes

FOTO: NELDO CANTANTI

Comandante diz que papel da Polícia Militar hoje é comunitário, e muito diferente do que na época da ditadura

Comandar uma corporação policial hoje, no Brasil, exige muito mais do que perícia no que se refere ao chamado “fato criminal”. É preciso alcançar uma abrangência sociológica sobre todos os fatores envolvidos. É o que demonstra o comandante do 8º Batalhão de Polícia Militar do Interior 1, tenente-coronel Osmar Sabbatini, ao buscar desfazer o relativo estranhamento que o policiamento mais ostensivo no campus vem provocando junto a segmentos da comunidade universitária.

“Infelizmente, no Brasil ainda prevalece a idéia enganosa de que segurança pública é um simples problema de polícia. A polícia é só parte do contexto”, argumenta. “Precisamos associar a nossa atividade-fim com a compreensão dos problemas sociais, como desemprego, falta de habitação, de saúde e de escolas, além de buscarmos o nosso nicho em programas de governo”.

Ele reforça: “Hoje, somos ocupados por uma variada gama de problemas que não podem, a rigor, ser enquadrados como ‘casos de polícia’. É helicóptero que socorre atropelado, é parto de emergência realizado em viaturas. E o fone 190, então? Já está institucionalizado: qualquer problema, o cidadão liga para o 190. E nem sempre se trata de questão policial”.

“Por isso” – prossegue –, “enquanto adotamos os procedimentos padrões no sentido da prevenção, temos uma estratégia operacional voltada também para o policiamento comunitário. E, como é evidente que para isso é necessária a aproximação da PM com a população, é esta meta que temos perseguido. Em relação a todos os segmentos. Inclusive o universitário”.

E, num futuro nada distante, é possível que câmeras venham a monitorar o campus da Unicamp. O anúncio foi feito por Sabbatini, ao revelar que o ainda incipiente circuito interno de vídeo, a serviço da vigilância patrimonial da universidade, em áreas com forte concentração de equipamentos de valor ou em lugares desertos em que haja passagem de pessoas, principalmente alunos do período noturno, será ampliado. Com isso, também os policiais poderão acompanhar, em tempo real, as áreas consideradas estratégicas da instituição. “Será tão somente um adendo tecnológico à nossa política de policiamento comunitário, já em curso, e que, longe de ter intuito meramente repressivo, visa melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”, argumenta.

Sabbatini, 47 anos, 28 de carreira, nasceu na capital paulista. Mas, morador em Campinas desde 1955, sente-se à vontade para discorrer sobre a cidade no contexto da segurança (ou insegurança) pública: “Campinas é hoje uma metrópole, e como tal, tem problemas diretamente proporcionais ao seu crescimento”. Sobre as câmeras de vídeo ele alega não poder dar mais do que a informação básica: “Só sei que o projeto está bem adiantado, mas o número de equipamentos, os pontos a serem vigiados e a data da entrada em operação ainda estão sendo definidos”. A respeito do relacionamento polícia/comunidade universitária, porém, o comandante demonstra ter convicções bastante amadurecidas: “Em sendo uma metrópole, temos que entender que Campinas já é um lugar de risco para todos. E não se excetua aí quem estuda, leciona e trabalha numa universidade”.

Desde meados de abril deste ano – antes mesmo de se pensar em sofisticções tecnológicas, a PM mantém rondas policiais no campus. “Volto a frisar que, independentemente do efetivo humano e dos recursos técnicos que usamos ou venhamos a usar, essa nossa presença mais ostensiva na Unicamp nunca teve o propósito de inibir, por si só, as pessoas que estão lá”, afirma. “Acontece que, se lá ocorrem episódios

Tenente-coronel Osmar Sabbatini: “Campinas já é um lugar de risco para todos”



como furtos, seqüestros relâmpagos, tráfico de entorpecentes etc, é evidente que a polícia tem que estar atenta, para que as pessoas sejam e se sintam mais protegidas”.

NOSANTUÁRIO

O tenente-coronel Sabbatini não se faz de rogado quanto ao grau de influência que a memória da ditadura militar ainda exerce nos focos de resistência que a PM tem encontrado dentro da Unicamp. Afinal, foram mais de duas décadas de autoritarismo, nas quais não faltaram invasões de campi – inclusive o da Unicamp – por forças militares. Desde então, o vislumbre de fardas nesses “santuários” costuma provocar brotoejas nos intelectuais mais sensíveis.

Sabbatini, entretanto, refuta rápido: “Aquela época está tão superada, que me causa espécie gente tão bem formada e informada ainda pensar dessa forma”. Ele garante que “principalmente das duas últimas décadas pra cá, a PM mudou muito. A nossa postura atual é muito mais voltada para as demandas da comunidade do que para o interesse do Estado ou quaisquer outros”. E reforça: “Somos, acima de tudo, uma instituição legalista. Que cuida de sua imagem. Basta que se tome conhecimento de nossos programas de requalificação profissional, depuração interna e gerenciamento participativo”.

Traíndo sua predileção por esse último item, o comandante explica que se trata de “delegar autonomia a cada um, incluindo toda a escala hierárquica, na sua esfera de atribuição, mas trilhando, é lógico, os parâmetros legais”. Assim, propaga o oficial: “O policial não se desloca mais exclusivamente para cumprir uma ordem, ou fica a postos esperando algo acontecer. Ele interage com a comunidade e resolve problemas. E, sentido-se prestigiado com isso, se aprimora também como soldado”.

A Unicamp, aliás, foi um bom campo de teste para a eficácia dessa política, segundo Sabbatini: “O que acontecia algum tempo atrás era que o policial se limitava a dar apoio no pronto-socorro do Hospital das Clínicas. Quase sempre, cumpria uma função meramente cartorial. Aí, procuramos dinamizar, colocando policiais motorizados, o que resultou num espectro de ação muito maior e mais útil”.

“Se a prevenção se dá com a ostensividade, tal fator, isoladamente, não a sustenta. É preciso a colaboração das pessoas. E é isso que esperamos da comunidade universitária”, acrescenta. “Costumo dizer: o cidadão que fica alheio à questão da segurança passa a correr um risco muito maior do que aquele que se integra”, professa. E cita: “A Constituição Federal é muito clara quando diz que a segurança pública é dever do Estado e direito de todos, mas também responsabilidade de todos”.

Convencido de que os bolsões de resistência ao policiamento mais assíduo no campus logo se dissolverão, por conta do bom procedimento de seus homens, Sabbatini faz questão de ressaltar que a própria Reitoria já deu “passos importantes” para estreitar o relacionamento com a PM. Uma contraparte que ele valoriza são as palestras e os cursos que a universidade desenvolve para a corporação, sobretudo no campo da ética.



Vizinhos pobres, mas inocentes

Além de Campinas, o 8º BPM-I responde pelo policiamento preventivo de Valinhos, Vinhedo e Paulínia. Para Campinas, são 112 homens. A região na qual o campus está inserida conta com meia dúzia de policiais, divididos em destacamentos específicos, como radiopatrulhamento padrão, ronda escolar etc. Só que essa região não se resume a “áreas nobres”, como podem ser rotulados o distrito de Barão e a Cidade Universitária. Ela é também pontilhada por favelas, como os jardins São Marcos e Santa Mônica.

Estará aí, nesses “vizinhos pobres”, a fonte da violência que já se faz sentir no campus? Não, responde categoricamente o comandante da 3ª Cia., capitão Gilmar Furtado, 41 anos, 21 de carreira. “Na verdade, o policiamento

mais ostensivo na Unicamp foi, digamos assim, provocado por nós, durante uma experiência operacional”, conta. “Atuando intensamente, conseguimos reduzir o nível de criminalidade geral na região. Aí, verificamos cada área separadamente. Enquanto em Barão Geraldo e nas próprias favelas, a situação se mantinha suportável, a da Unicamp continuava preocupante. Assim, ficou demonstrada a necessidade de cuidarmos melhor do campus”.

Segundo ele, embora o “comportamento criminal” no campus repita bastante a tendência da cidade como um todo, por aqui ainda prevalecem o que se pode classificar de “ocorrências caseiras”, ou seja, delitos de ordem patrimoniais, como furtos em dependências dos institutos e faculdades.

Capitão Gilmar Furtado: “A situação da Unicamp continuava preocupante”

O fim da “visão idílica”

FOTO: ANTONINHO PERRI



Ex-diretor do Instituto de Economia da Unicamp prega convênio entre comunidade acadêmica e policiais

Geraldo Di Giovanni:
“Reconheci que tínhamos que mudar nossa relação com a polícia”

Dois fatos fizeram com que Geraldo Di Giovanni deixasse de lado a “visão idílica” que tinha sobre a universidade. Ambos ocorridos em 1999, quando o sociólogo dirigia o Instituto de Economia da Unicamp. O primeiro foi uma seqüência de roubos que culminou no sumiço de 15 computadores de ponta, que armazenavam bancos de dados considerados fundamentais para o instituto. O segundo, que o marcou ainda mais, aconteceu em plena luz do dia no estacionamento do instituto. Giovanni viu um grupo de meninos – entre 12 a 15 anos – comprando drogas de um traficante. Ao avistarem o professor, os garotos bateram em retirada. O traficante, porém, não só encarou Giovanni como também fez questão de mostrar que carregava uma arma na cintura. Depois, como se nada tivesse acontecido, entrou no carro e deixou o estacionamento em marcha lenta, desafiando o então diretor do instituto, que a partir daí passou a rever suas convicções a respeito da segurança no campus.

“Pensei o seguinte: o que sei fazer é ensinar a fazer pesquisa, dar aulas. Não sei lidar com bandidos ou traficantes. Quem tem que fazer isso são os profissionais, os policiais. Reconheci que nós da universidade tínhamos que mudar nossa relação com as polícias civil e militar”, revela. Giovanni concorda que se trata de um “ponto delicado”, sobretudo porque “a universidade tradicionalmente tem uma certa aversão à polícia, e vice-versa”. Embora veja que as duas instituições são “altamente complexas”, Giovanni acredita que a polícia tem que cumprir sua função e a universidade, proteger-se.

O professor acredita que uma das saídas para o impasse seria uma espécie de convênio entre partes, para que o policiamento da universidade fosse feito por intermédio de um protocolo. Nele, ficaria estabelecido qual seria o papel a ser exercido pelas polícias. Giovanni exemplifica: “O que a polícia pode? Prender traficantes, por exemplo. O que não pode? Ser ostensivo em relação a alunos, professores e funcionários. Se a Unicamp conseguir estabelecer esse protocolo-convênio com a Secretaria de Segurança Pública, são grandes as chances de a relação ser tranqüila”, avalia.

Giovanni cita um episódio recente, envolvendo dois policiais militares e dois professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, como exemplo do que deve ser evitado. O caso, que culminou no registro de boletim de ocorrência feito pelos PMs, confrontou policiais e professores, que teriam se revoltado com a presença de

peças fardadas armadas nas instalações do instituto. “A chance de conflito é alta, por isso que racionalmente devemos diminuir essa propensão. O que não admito é que um lado acuse o outro de não ter sido racional. Na hora do confronto, ninguém tem racionalismo”, pondera.

O professor acha inclusive que o policial tem de estar armado na maioria das situações, sobretudo ao atender ocorrências, como seria no caso do traficante que também portava armas. Mas ressalva que o protocolo é importante por normatizar comportamentos a serem assumidos pela corporação. “Se o policial entrar num lugar repleto de estudantes, por exemplo, ele tem que deixar a arma com o colega no carro, a não ser, é lógico, que vá atender a alguma ocorrência”.

Giovanni prega que as relações sejam cordiais de ambas as partes, embora seja da opinião de que a comunidade acadêmica deva ter um “certo padrão de comportamento” na relação com os policiais. “Se isso não ocorrer, o confronto está instalado”, prevê Giovanni, para quem a Universidade deveria ter a obrigação de investir no desenvolvimento pessoal dos policiais, de uma maneira que confira um perfil comunitário ao trabalho desenvolvido por eles. “Ela deveria oferecer cursos e outras iniciativas que façam o policial crescer”.

Na Unicamp desde 1975, o professor do Instituto de Economia acredita que dimensão da violência é social, embora não perca de vista que o problema possa ser agravado pela falta de polícia ou pela legislação que premia a impunidade. “No fundo, a violência é uma explosão de uma situação social terrível que o país vive particularmente nas últimas duas décadas. É fácil fazer a correlação: onde há miséria, não existem escola, saúde, emprego”.

Para Giovanni, numa sociedade excludente como a brasileira, não é de se espantar que esse processo explodisse no campo da violência. A dúvida colocada pelo professor é como vai ser a reação da sociedade que convive “com um sistema partidário marca-barbante, que não vale nada, com instituições públicas desacreditadas, com a diluição dos valores e com dirigentes que não servem de modelo para ninguém”. Para ele, é grande a chance de a reação ser violenta e desorganizada. “O que temos é uma somatória infinita de projetos de ascensão individual”. E exemplifica: “o caso do assassinato do prefeito de Campinas, Antonio Costa Santos, é típico. Expressa uma sociedade doente, desorganizada, desenraizada. Trata-se de uma tragédia nacional”.

Diretor prega policiamento preventivo

O diretor da Faculdade de Educação Física, Pedro José Winterstein, acredita que a Unicamp não está imune às mazelas provocadas pela onda de violência que atinge Campinas. Mais: o diretor da FEF defende a presença da Polícia Militar no campus, que, a seu ver, teria um perfil preventivo. Para Winterstein, o corpo de segurança interna da Unicamp é eficiente, mas não foi treinado para situações de risco, entre elas casos de seqüestro relâmpago e assalto à mão armada.

“Sei que isso [policiamento] não faz parte da história da universidade brasileira, mas acho que vivenciamos um momento em que a polícia, independente de qualquer coisa, é necessária”, defendeu o diretor, que conseguiu diminuir a incidência de roubos e furtos nas dependências da FEF, adotando medidas prosaicas, tais como o fechamento de alguns acessos ao Centro Esportivo, que chega a receber até 2,5 mil pessoas nos dias de semana.

O diretor da FEF alerta também para o problema do uso de drogas leves no Centro Esportivo. “É uma questão que foge à nossa competência, já que os usuários são adolescentes de Barão Geraldo, que não são da Unicamp. Eles ficam no quiosque, na arquibancada da piscina e em outros locais. É um problema que nos sensibiliza, sendo inclusive uma preocupação social que temos, já que são os arredores da Universidade”.

Winterstein acredita que os assaltantes vão se intimidar com o fato de o policiamento se estabelecer no campus, embora reconheça que a medida, além de anti-pática, possa parecer cerceadora. Mas joga com os fatos. “Por problemas sociais, toda a sociedade está sofrendo com a violência. E a Unicamp está dentro de Campinas, hoje uma das cidades mais violentas do país”, argumenta.

Como diretor da FEF, Winterstein diz ter “uma responsabilidade muito grande com a comunidade”, mesmo que seja complicado no ambiente universitário pregar abertamente a adoção do policiamento no campus. Lembra que, há cerca de um mês, foi cobrado por um roubo ocorrido nas dependências da faculdade, embora os objetos furtados tenham sido encontrados mais tarde. “É claro que temos que prestar nossa colaboração em termos sociais, até para que esse quadro mude. Mas, paralelamente temos também que trabalhar com prevenção. Mesmo que a medida não agrade a todos”, finaliza.

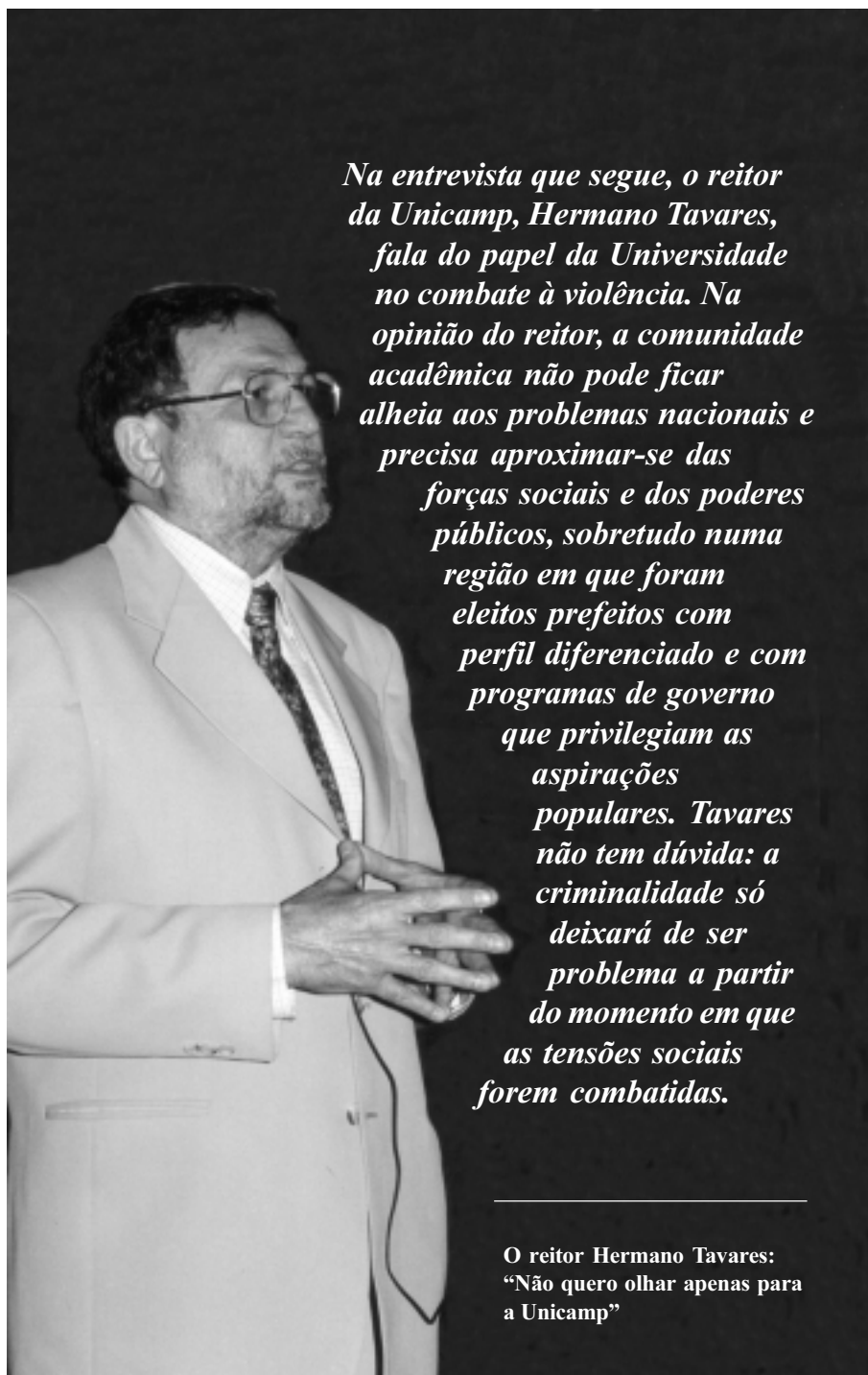
FOTO: ANTONINHO PERRI



Pedro José Winterstein,
diretor da FEF:
“Vivenciamos um momento em que a polícia é necessária”

É hora de agir

FOTO: ANTONINHO PERRI



Na entrevista que segue, o reitor da Unicamp, Hermano Tavares, fala do papel da Universidade no combate à violência. Na opinião do reitor, a comunidade acadêmica não pode ficar alheia aos problemas nacionais e precisa aproximar-se das forças sociais e dos poderes públicos, sobretudo numa região em que foram eleitos prefeitos com perfil diferenciado e com programas de governo que privilegiam as aspirações populares. Tavares não tem dúvida: a criminalidade só deixará de ser problema a partir do momento em que as tensões sociais forem combatidas.

O reitor Hermano Tavares:
“Não quero olhar apenas para a Unicamp”

Jornal da Unicamp - Como o senhor vê a violência chegando aos campi das universidades?

Hermano Tavares - A minha geração carrega, de uma certa maneira, a história da universidade brasileira que, tal como a gente concebe, é muito jovem. Ela nasceu rigorosamente na década de 30 e só veio tomar fôlego depois de 1960. Entrei na universidade em 1960, quando a população do Brasil devia ser de uns 65 milhões de habitantes. E o número de estudantes universitários era baixíssimo, não chegava a 100 mil. Por mais que tenhamos hoje um número baixo de universitários, ele é relativamente muito mais alto do que naquela época. Se hoje é um privilégio ser universitário, naquela época era muito mais, proporcionalmente. As universidades naquela época não funcionavam naquilo que se convencionou chamar de cidade universitária, de campus. Fui universitário em Pernambuco, onde as universidades ficavam no centro da cidade; tive algum trabalho conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais, onde as unidades também ficavam no centro da cidade. Em São Paulo, a Politécnica, Faculdade de Odontologia e outras tantas ficavam na região central da cidade. Vivenciei, de uma certa maneira, a época em que se discutia a transferência da USP para onde ela está atualmente.

A Unicamp não passou por esse tipo de discussão?

A Unicamp já nasceu no campus, embora ela tenha tido algum funcionamento muito curto na Rua Culto à Ciência [bairro do Botafogo, região central de Campinas], onde hoje funciona o Cotuca [Colégio Técnico da Unicamp]. Por exemplo, quando cheguei em Campinas meu primeiro emprego foi no Cotuca. Lá funcionava a Faculdade de Engenharia; a Faculdade de Medicina, pelo menos durante um certo tempo, funcionava no Hospital Irmãos Penteados e na Maternidade, mas já com projetos de se transferir para cá. Essa idéia de

isolar as universidades, o que dá ganhos de qualidade do ponto de vista acadêmico, permitindo um intercâmbio muito mais intenso entre os intelectuais das mais diferentes áreas, o que seria mais difícil em prédios isolados no centro da cidade, acho que nasceu nos Estados Unidos. No tempo em que fui estudante universitário, em 1960, um dos únicos campi brasileiros era o do ITA, que era uma experiência que não tinha a ver com o Ministério da Educação. Era uma experiência feita pelo Ministério da Aeronáutica, que teve muitos oficiais que se impressionaram com o padrão do desenvolvimento americano durante a Segunda Guerra. Em seguida, a idéia do campus universitário tomou conta do mundo inteiro. Agora, quando você cria um campus, você está criando uma pequena comunidade que tem características próprias. Obviamente, a distribuição socioeconômica das pessoas que habitam a Unicamp não é igual à distribuição das pessoas que habitam a cidade. O estrato social que habita a Unicamp é de uma camada mais elevada do que o da média da população de Campinas. Não obstante, estamos incorporados a uma cidade, a um país. As distorções irrompem na medida em que esse país tem todos os problemas que são clássicos entre nós, tais como as diferenças sociais e regionais, que são acentuadíssimas num país continental como o nosso. Mas temos também essas diferenças dentro de cada cidade, com uma divisão de renda muito iníqua.

Que tipo de problema o senhor acha que essas distorções causam?

Isso cria essa problemática que enfrentamos hoje. Quando começou a ocorrer esse boom da globalização, a reforma produtiva, as empresas passaram a empregar menos e produzir mais, culminando nessa reestruturação produtiva pela qual o mundo passou nos últimos 15 anos. O fim da União Soviética, o mundo monopolizado por uma grande potência, tudo isso deflagrou uma onda de desemprego que atinge, direta ou indiretamente, mais da metade da população mundial. São poucos os países do mundo que hoje não procuram, de todas as formas possíveis, criar renda, emprego, incubadoras de alta tecnologia, incubadoras de cooperativas populares etc. Quer dizer: estamos num esforço muito acentuado, particularmente no Brasil, de criar renda e emprego. À medida que as tensões sociais não são diminuídas, as distorções desembocam em muitas coisas, entre outras a criminalidade. Então, temos uma criminalidade crescente. E temos que combater esse problema.

De que forma?

A Unicamp não está imune à criminalidade. O que ocorre brutalmente no país e em Campinas chega na Unicamp. E nós temos que nos proteger. Não quero argumentar que temos feito a melhor proteção possível. Admito com muita facilidade que nós cometemos erros. É essencial admitir que cometemos erros, até para ter coragem de corrigi-los. Mas não vou me afastar desse esforço. Não quero, embora saiba que essa é minha responsabilidade principal, olhar apenas para a Unicamp.

O senhor poderia explicar?

A partir do momento em que a Unicamp olhar somente para si própria, ela vai estar se diminuindo de uma maneira perigosa. A Unicamp precisa ter presente – principalmente como universidade pública – que ela serve a uma sociedade. E tem que trabalhar para a sociedade, ela não trabalha para si própria. Não pode ficar apenas olhando para o umbigo.

É corrente a opinião de que são mínimos os esforços empreendidos pela academia no combate à violência. O senhor concorda com as críticas?

Eu acho que a Unicamp – e esse é um apelo que a prefeita de Campinas [Izalene Tienne] me faz sempre – deveria se integrar com outras forças da municipalidade para discutir o problema da violência. Acho que não podemos mais minimizar o problema da violência, que é seriíssimo. E, evidentemente, a Unicamp tem um papel importante, é um dos protagonistas. Não acho simpática a idéia de ficar colocando cerca, ficar criando situações de isolamento. Agora, tenho de ter a modéstia de ouvir especialistas que estudam o assunto. E nós não somos especialistas.

As medidas adotadas pela Unicamp têm surtido efeito?

Quando isso foi feito no caso particular da universidade, percebi – e os registros policiais estão aí para provar – que diminuí o número de ocorrências policiais aqui dentro. Agora, eu também constatei em viagens – até com uma certa surpresa – que no Brasil, e na América do Sul, todas as universidades estão cercadas. Depois comecei a notar que o Taquaral está cercado, que as igrejas estão cercadas. Ou seja: criou-se uma política da cerca da qual fomos um dos últimos a aderir. Não acho que esteja certo, mas não acho também que posso ser cisne entre os patos. Se quiser abolir isso, preciso primeiramente mudar a cultura do País.

O senhor acha que o assunto precisa ser discutido mais detalhadamente?

É hora de agir

Penso que isso merece discussões, o que não tenho visto. Não quero colocar a culpa em ninguém, a vida universitária já é árdua, a pessoa tem que estudar muito, tem que apresentar resultados de pesquisa. Mas, além de universitário, o sujeito é cidadão, vive neste país e precisa se envolver com os problemas nacionais.

O senhor acha que a aproximação com a comunidade é uma das saídas?

Acho que a universidade tem uma faceta intelectual, pura, de discutir os problemas. Desse ponto de vista, acho que os problemas sociais são discutidos sob os mais diferentes ângulos como é de esperar. Acho que esse papel clássico, o papel de consciência crítica da sociedade, a universidade cumpre. Evidentemente, não quero dizer que, por conta disso, ela mereça a nota máxima.

E no campo das ações?

Na minha opinião, a gente age pouco. É o agir pouco que me colocou, na concepção que tenho da universidade, nesse caminho de procurar aproximações com as forças sociais da nossa comunidade. A oportunidade mais importante que surgiu, ao longo dos meus três anos e meio de direção, foi a atual prefeitura de Campinas. E também, é preciso dizer, algumas prefeituras da região. Penso que a universidade deveria se empenhar fortemente nessa direção. Acho que essa é tarefa principal a ser abordada pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade. Vejo que ainda estamos no começo, mas trata-se de um bom começo. Outro aspecto que achei muito importante na nossa aproximação com a região, com o Estado e com o País, foi a idéia de formar professores para os níveis fundamental e médio. Embora, a missão principal da universidade seja produzir e transmitir conhecimento no nível superior, ela não pode ficar alheia aos grandes problemas nacionais.

Numa perspectiva nacional, quais os setores que para o senhor mais evoluíram?

Acho que, nos últimos 12 anos, recebemos uma lição do pessoal da área de saúde. Pediria às pessoas para olharem com cuidado como a saúde do País melhorou nos últimos 12 anos, desde a última Constituição [1988], ora vigente. Acho que houve um movimento na área de saúde, no Brasil, muito importante e penso que é elogiável. Basta olhar os números. Não houve a mesma coisa na área da educação, e em outras conquistas sociais, como nos campos do emprego e da distribuição de renda. Em suma: continuamos com nossas mazelas herdadas de um passado colonial brutal e não conseguimos removê-las adequadamente. Passamos por um século extremamente marcante, em que o País passou de 15 milhões, 16 milhões de habitantes para 170 milhões de habitantes. Isso não vai mais acontecer. Um século em que nossa civilização saiu do litoral e começou a se interiorizar. Nós conseguimos esse crescimento brutal, sem que conseguíssemos resolver os nossos problemas sociais. Em resumo: passamos por enormes transformações estruturais no país, mas mantivemos a essência dessa divisão de classe brutal, desse **apartheid**. Isso é chocante. Gostaria de lembrar que há cem anos o País não tinha sequer grandes manifestações culturais e populares. Num século em que a gente construiu tudo, não conseguiu modificar a nossa estratificação, que continua a mesma.

Nessa linha de raciocínio, o senhor entende que a somatória desses fatores teria contribuído para o recrudescimento da violência?

Provavelmente, esse aumento brutal da violência e da criminalidade a que a gente assiste no País é fruto de tudo isso. É chegada a hora de arregaçar as mangas e combater isso. Olhar para o mundo e não olhar tanto para dentro da universidade. É a posição que carrego como cidadão. Sinto-me responsável pela universidade, mas acho que não tenho o direito de deixar de olhar para o resto do país.

Onde mais a universidade pode atuar?

A missão principal da universidade é formar gente, além de produzir conhecimento. Isso, de uma certa maneira, a gente faz e tenho a convicção, talvez um tanto pretensiosa, de achar que fazemos muito bem. Temos uma universidade com apenas 35 anos de idade e que está numa posição muito boa. Acho também que nos dedicamos a algumas tarefas de cunho social muito importante. No caso da Unicamp, a dos hospitais é a principal. Nossa área hospitalar presta um serviço social que penso ser suficientemente grande para nós acharmos que ele não tem apenas cunho de educação dos nossos futuros profissionais de saúde. Ele tem algo mais que é uma satisfação de uma demanda social por saúde muito aguda que existe na região em torno de Campinas, que, de acordo com nossos cálculos, abrange 6 milhões de habitantes. É um trabalho muito sério, bastante cuidadoso e que, nos últimos anos, foi ampliado com nosso envolvimento com o Hospital de Sumaré. Penso que, no futuro próximo, nós vamos poder desenvolver um sistema de saúde que possa ser exemplar no Brasil. Algo que leve em conta uma certa hierarquização das ações de saúde - primárias, secundárias, terciárias - e que tem muito futuro. Vejo o modelo da Unicamp como extremamente atraente.

E nas demais áreas?

Acho que a atuação da Unicamp foi bem mais tímida. A Unicamp tem uma certa obrigação com o País, e particularmente com a região de Campinas, nas áreas cultural e educacional. A Unicamp poderia ter trazido a

si uma certa responsabilidade, naturalmente em conjunto com outros poderes públicos, como exemplo as prefeituras, de uma participação mais séria, de um envolvimento maior com área educacional, como a formação de professores.

E na área cultural?

Sou absolutamente convencido de que você tem que sofisticar a música, por exemplo. Talvez não seja coincidência, por exemplo, o fato de a música baiana ser tão boa, apesar de ter sido plantada num território fértil, que vem da África. Mas o fato de a Bahia ter uma escola de música há muito tempo, possivelmente orientou e polarizou o desenvolvimento da música.

O senhor vê refletida, em Campinas, a produção cultural desenvolvida pela Unicamp?

Acho que começa a existir, mas não é uma ação só da universidade. O fato de a Unicamp ter uma escola de música colaborou para o fato de surgirem grupos musicais de qualidade muito boa. Em particular, tem alguns artistas que considero ótimos; não sei por que eles não têm repercussão nacional. Fica um pouco como cultura local. Sinceramente não sei como fazer isso, mas acho que nós tínhamos que nos esforçar. Era preciso que existissem aqui grandes espaços culturais. Fui em julho ao Canadá, mais precisamente em Montreal, que parou durante sete dias por conta do Festival de Jazz. É preciso educar o povo, fazer música na periferia. Precisava também trazer a periferia para a cidade. Em nível de escola, de educação musical, a cultura é uma coisa que forma o povo, que melhora a vida do povo. Não digo que a Unicamp vá fazer isso, mas deveria ter uma atitude mais aberta para formar aqueles que farão isso. Houve iniciativas na Unicamp que não podem deixar de ser consideradas, como, por exemplo, o curso de música popular. Mas me parece que isso não teve o aprofundamento desejado. Queria que ficasse muito claro que não são críticas ácidas. São coisas que eu penso que têm que compor nosso futuro. Por exemplo, cheguei na Unicamp há 31 anos. E, quando cheguei, não existia uma escola de engenharia elétrica. Existia um curso com a ementa pronta, não tinha professores, mas tinha alunos. Então nós criamos a escola de engenharia elétrica, que saiu do zero, o desafio foi muito grande, ela está montada, ela existe. Esses 35 anos foram de construção, de desafio, de afirmação. Se não fizéssemos isso, íamos ser vistos como incompetentes e não teríamos chance de ter um futuro diferente. Acho que nós nos afirmamos como escola de qualidade no Brasil e mesmo no mundo. E agora temos que pensar de outra forma.

De que forma?

De fazer da Unicamp o centro irradiador de conhecimento, de saber, de cultura, de saúde. Mas não só por intermédio dos nossos alunos formados, não só por intermédio daqueles que têm chance de disputar o vestibular e entrar aqui na universidade, que é um privilégio considerável em termos sociais no País. A gente não pode achar que a única relação com a sociedade é a formação dessas pessoas. Tenho compromisso com todos aqueles que não passaram no vestibular, que moram na periferia. Temos que nos debruçar sobre essa problemática toda.

Como, politicamente, a Unicamp pode atuar?

Vai parecer que é político demais, mas eu vivi dois momentos no Brasil em que fiquei muito reflexivo. Um foi em 1974, em plena ditadura. Nós tínhamos consciência de que a ditadura tinha nos esmagado muito até aquele momento, quando houve a eleição. Só existiam dois partidos [MDB e Arena] e o MDB, a oposição, ganhou em quase todos os estados da nação. Senti que, por intermédio do direito político do voto, a população brasileira passou a mensagem de que queria mudar alguma coisa. Senti de novo isso agora, nas últimas eleições municipais. Acho que o que ocorreu foi fantástico, particularmente na nossa região. Quer dizer, algumas cidades mais importantes da região, como Piracicaba e Campinas, tiveram eleitos prefeitos de corte nitidamente popular, que se elegeram com uma plataforma popular; não foram eleitos enganando o povo. Isso é uma coisa que cria uma situação nova. Penso que a universidade deveria ter uma consciência aguda desse fato, e perceber que essa é a hora de "montar o cavalo". Nós não somos a figura principal desse processo todo, isso precisar ser dito. As figuras principais talvez sejam os poderes públicos municipais, estaduais e federal. Mas nós temos um papel importante, que é o papel do formador, do polarizador. E eu gostaria muito que a universidade tivesse muito consciente, nesse momento, de que esse é o ponto agudo dela. E não apenas ficar virada para o próprio umbigo, discutindo os seus problemas, que existem, é inegável. Só que os problemas lá de fora são muito mais agudos, mais perenes, muito mais resistentes a soluções. E nós temos uma posição favorável para enfrentá-los. Infelizmente, em muitos locais em que expus essa posição, isso foi visto como uma fuga. Eu rechaço facilmente: acho que abordei os problemas daqui. Acho que tive a coragem de pegar os problemas que foram evitados por antecessores. Inclusive no episódio da cerca [alambrado colocado nos limites do campus]. É preciso reconhecer que existem problemas aqui e devemos enfrentá-los, como nos casos da contagem de tempo de serviço, das gratificações e outros que foram abordados e que, inclusive, me valeram muita antipatia. Não posso achar que fui um reitor que fugiu dos problemas internos. Eu os enfrentei, mas também não posso achar que esses são meus problemas principais. Muito menos da comunidade.

FOTO: ANTONINHO PERRI



Unidades se cotizam, buscam ajuda da Polícia Militar, reforçam segurança e conseguem diminuir índices de violência

Paulo Rodrigues da Silva, superintendente do HC: “Precisávamos de mecanismos de proteção”

Rogério Antunes Pereira Filho, diretor associado da FCM: “Já podemos circular livremente”



Área do HC enfrentou deterioração

Prostituição, seqüestros relâmpagos, assaltos, furtos, roubos, pessoas com medo de circular à noite e centenas de camelôs que fizeram da região um mercado persa. O leitor pode pensar que o cenário acima foi ambientado no centro de Campinas ou de outra metrópole do país. Mas, na verdade, tratava-se da situação encontrada no entorno do Hospital das Clínicas (HC) da Unicamp – que abriga a Faculdade de Ciências Médicas, Hemocentro, Gastrocentro, Caism, Cepre e outras unidades –, por onde circulam 12 mil pessoas diariamente, entre alunos, professores, médicos, servidores, pacientes e acompanhantes. A explosão da violência e a deterioração da área fizeram com que a Congregação, há cerca de três meses, se reunisse para discutir a adoção de medidas emergenciais.

A primeira providência foi uma consulta ao comando da Polícia Militar, que sugeriu a ampliação do efetivo de segurança. Uma comissão, composta por docentes, funcionários e alunos, foi designada para estudar o caso e decidiu-se, então, pela ampliação do número de seguranças para cobertura do entorno do hospital. “Em 15 dias, depois do reforço na guarda e da remoção dos ambulantes, não tivemos nenhum seqüestro relâmpago ou relato de qualquer ocorrência”, revela o superintendente do Hospital das Clínicas da Unicamp, Paulo Rodrigues da Silva, que prefere não entrar na polêmica se a guarda tem ou não que estar armada. “O fato é que precisávamos de mecanismos de proteção, sob o risco de ficarmos com os mesmos problemas enfrentados pelas grandes cidades. Uma coisa levava à outra: o ambulante trazia o pedinte, que trazia o traficante, que trazia o explorador de mulheres... Tudo isso acabou depois que reforçamos a vigilância”, testemunha o superintendente do HC, para quem a degradação da área estava ligada diretamente à falta de controle e fiscalização.

Uma deterioração que teve início no final de 2000, com pequenos furtos e ocorrências esporádicas, até atingir seu pico há cerca de cinco meses, de acordo com o diretor associado da Faculdade de Ciências Médicas, Rogério Antunes Pereira Filho. Segundo ele, os ambulantes chegaram a ocupar a entrada da passarela principal do HC, fazendo com que os pacientes passassem por cima de caixas com todo o tipo de mercadoria, inclusive comida embalada em marmite, sem cumprir os requisitos mínimos para preparo e conservação de alimentos perecíveis.

Quatro docentes foram seqüestrados – dois em frente ao Caism e os outros no Hemocentro. Uma professora da Psiquiatria foi assaltada à mão armada no estacionamento dos docentes. Pânico instalado, alguns funcionários e alunos passaram a se negar a cumprir tarefas noturnas obrigatórias na área da saúde, entre elas transferência de pacientes, coleta e transporte de sangue e de exames. A decisão paliativa de colocar um vigilante ao lado dos funcionários que circulavam de noite atenuou o problema, mas gerou ainda mais insegurança, já que deu a impressão de que era impossível percorrer a área sem a companhia de guardas. Foi a senha para que os docentes procurassem os diretores de áreas, que decidiram fazer uma reunião da Congregação na qual o assunto fosse discutido.

Por problemas operacionais – efetivo limitado –, Prefeitura do campus e a Polícia Militar ajudaram na medida do possível. A primeira, na tarefa de retirar os ambulantes; a segunda, com apoio estratégico e fazendo com os policiais intensificassem a ronda no local. “Cada unidade deu um pouco de verba, nos cotizamos e contratamos mais guardas. As medidas fizeram com que as coisas logo melhorassem. Os ambulantes saíram e não voltaram mais; os novos guardas passaram a marcar

presença ostensiva, nas esquinas, nas unidades e nos estacionamentos. Hoje, já podemos circular livremente”, revela Pereira.

O diretor associado da FCM acredita “ser muito difícil” imaginar que a situação da Unicamp seja diferente da verificada em Campinas. “Vivemos numa cidade onde mataram o prefeito [Antonio da Costa Santos], e onde todo mundo quer vigilância em seu quarteirão. É querer muito que a Universidade não tenha mecanismo para cercar isso. É lamentável, mas vivenciamos hoje um momento completamente diferente ao de alguns anos atrás, quando você nem pensava nisso [polícia] numa Universidade”, prega Pereira, que diz ter sido pressionado pelas vítimas da violência, fato considerado normal por conta dos traumas e pelo fato de ele ocupar um cargo diretivo.

Para Paulo Rodrigues da Silva, superintendente do HC, um dos papéis dos dirigentes das unidades é dar o mínimo de proteção para as atividades das respectivas áreas, entre elas a segurança patrimonial. “É claro que algumas pessoas não gostam, às vezes é constrangedor, mas nós não gostamos também quando roubam nossos equipamentos ou quando alguém é vítima de assalto ou seqüestro. Mesmo porque, nós é que damos a resposta, seja quando roubam ou quando ocorre algo”.

Para Rodrigues da Silva, a relação entre a comunidade universitária e a Polícia Militar deve ser de parceria. “O enfrentamento não leva a nada”. Cita como exemplos os policiais militares que faziam plantão no Pronto-Socorro do Hospital das Clínicas, cujo perfil de atuação era comunitário. “Eles eram orientadores, jamais tivemos relatos de problemas de relacionamento”. Pereira corrobora a opinião do colega e lança uma pergunta-desafio. “Você já viu uma cidade de 12 mil habitantes [área da Saúde da Unicamp] sem policiamento?”.

Ladrões invadem cantina na hora do almoço

O comerciante Valter Yodono, proprietário da cantina da Faculdade de Engenharia Mecânica, foi vítima de um assalto, no começo do ano, em que pelo menos 40 freqüentadores de seu estabelecimento ficaram sob a mira de revólveres de dois assaltantes. A ação, rápida, foi violenta. Professores que estavam na fila do caixa, por exemplo, foram agredidos a pontapés pelos ladrões.

Duas coisas chamaram a atenção de Yodono: o fato de a investida ter sido feita em plena hora do almoço e a facilidade com que os assaltantes entraram e saíram da Universidade. “Nessas horas que a gente vê que o sistema de segurança precisa ser reforçado. E a violência continua a mesma de antes do assalto”, avalia o comerciante que, em oito anos estabelecido na Unicamp, diz nunca ter vivenciado uma situação como a de agora. “Não há uma pessoa que não comente os casos de violência em Campinas. Morrer passou a ser um mero detalhe para os assaltantes. Será que é preciso que alguém perca a vida para que algo seja feito?”, indaga o comerciante.

Para o advogado da Associação dos Comerciantes do Campus da Unicamp, Edmar José Paixão Júnior, só a presença da Polícia Militar no campus pode reverter o quadro. Em sua opinião, o atual sistema de vigilância é falho por não contar com um quadro preparado para situações extremas. “Os vigilantes têm medo da atual situação. Assim, a comunidade fica vulnerável, conforme provam os números. A presença de PMs é a saída, já que eles estão preparados para combater a violência”.

Segundo o advogado, são cada vez mais comuns os relatos de casos de violência feitos por comerciantes filiados à associação. “Sabemos que o problema atinge todos os setores da sociedade, mas a Unicamp tomou medidas que ainda não surtiram efeito, entre elas a colocação da cerca e a troca de guardas. Só as rondas de policiais militares podem atenuar o problema”, avalia o advogado, que propõe uma “interação entre a PM e setores da comunidade universitária”.

FOTO: NELDO CANTANTI



O comerciante Yodono e o advogado Paixão: algo precisa ser feito